Wladimir Pomar
Os Latifundiários
EDITORA
Página PT 13

Wladimir Pomar

Os Latifundiários

São Paulo
2009

Wladimir Pomar

Os latifundiários

Página 13

ÍNDICE

200 anos de quê?

A fuga da família real portuguesa, em novembro de 1807, de Lisboa para o Brasil, escapando das tropas de Napoleão, serviu de pretexto para comemorações e loas. Historiadores foram convocados para escrever e falar sobre o assunto, enquanto algumas escolas de samba do Rio de Janeiro receberam, cada uma, um milhão de reais da prefeitura da cidade para desenvolver o tema, para o carnaval de 2008, e "falar bem de dom João VI".

No caso das escolas de samba, houve recomendação estrita, embora negada pela prefeitura, de que os desfiles mostrassem a importância histórica, econômica e cultural do período. "Sem denegrir a imagem da família real", é lógico. Em outras palavras, dom João não deveria ser retratado como um *comedor de frangos*. Nem ser alvo certo das chacotas e deboches que, ainda hoje, alegram o imaginário popular. Não se sabe se a mesma recomendação foi feita aos historiadores envolvidos na pesquisa sobre a fuga da família real e a transferência da corte portuguesa para o Brasil.

Mas, não deixa de ser interessante que, alguns deles, tenham chegado a conclusões que superam o anedotário a respeito e chegado a um certo consenso de que o evento teria marcado *o início das instituições, da cultura e da política brasileiras*. Da fuga em massa da realeza portuguesa, teria surgido *a invenção do Brasil*. O Rio de Janeiro, até então um vilarejo sem importância, teria se transformado no centro da vida brasileira, e na capital de um *império importante*.

Dom João, como príncipe regente, teria sido o *organizador do país*. Teria criado a Justiça, as forças armadas, as primeiras escolas universitárias, o primeiro jornal, a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional, além das bases para uma literatura nacional. Desse modo, o período teria sido de *intensa fecundidade*, sobressaindo a figura do príncipe regente e, depois, rei, como um ser humano de suma importância para a vida brasileira. Com dom João teria surgido um *novo tipo de elite no Brasil*, tanto intelectual, quanto comercial e econômica.

O problema, encarado como *o aspecto negativo* do reinado de D. João, teria consistido no *intenso tráfico de escravos* e no *prestígio dos traficantes na Corte*. Numa época em que os governos europeus e dos Estados Unidos não mais admitiam o tráfico, e que a Inglaterra colocara sua armada para caçar os navios negreiros, os traficantes brasileiros de escravos conseguiram desembarcar mais de 400 mil "peças" nos portos do Brasil. Um feito que os consagrou como parte da *nova elite brasileira*, recebendo títulos de nobreza e ingressando na Corte.

A análise histórica voltada para realçar dom João e seus feitos não deixa de ter uma lógica interessante. Fazendo crer que, caso não houvesse o *aspecto negativo do escra-*

vismo e do tráfico negreiro, a fecundidade do período teria sido ainda mais intensa, ela tenta salvar não só o príncipe regente, mas seu reinado. Liberto da responsabilidade do escravismo, D. João e sua corte também ficariam livres de qualquer tipo de caricatura ou chacota. O problema aqui consiste em que a lógica nem sempre se ajusta à história.

A impermeabilidade imperial

Entre o século 16 e início do século 19, a Corte de Lisboa exercera o *monopólio mercantil* sobre o tráfico de escravos e sobre tudo o que era produzido na colônia brasileira. No final desse período, Dona Maria, mãe de dom João, ainda rainha durante a fuga, proibira a existência de qualquer manufatura, jornal e faculdades no território colonial. Isto numa época em que se multiplicaram as descobertas científicas e as invenções técnicas, e em que a Europa evoluía para um novo sistema econômico, social e político.

Durante os séculos 17 e 18, as matemáticas e a mecânica tiveram um forte desenvolvimento. Elas criaram a tábua de logarítimos, a régua de cálculo, a geometria analítica, o cálculo infinitesimal, o cálculo das probabilidades e a geometria descritiva. E descobriram o movimento dos planetas, a refração da luz, as leis da aceleração, a lei dos gases, a curvatura e a velocidade da luz, a gravitação universal, a atração e repulsão das cargas elétricas e massas magnéticas, e o princípio de conservação da matéria. A biologia e a química, por seu turno, deram a conhecer a eletricidade animal, os espermatozóides, os sais de prata, o hidrogênio, o nitrogênio, o oxigênio, e a combustão dos gases.

Inúmeros inventos técnicos preparavam as condições para a revolução industrial. Apareceram as lentes astronômicas, a máquina calculadora, o barômetro de mercúrio, o relógio de pêndulo, o manômetro, a máquina de multiplicar, o telescópio de espelho plano, o lápis, a marmita a vapor, o termômetro de mercúrio, a escala centígrada da temperatura, o pára-raio, o globo aerostático, a impressão em tricomia, o aço fundido, a máquina de fiar, a máquina a vapor, o tear mecânico, a prensa hidráulica e a litografia.

Nesse mesmo período, diversas colônias espanholas das Américas fundaram universidades. A guerra colonial franco-britânica colocara em movimento, sobre os territórios franceses, os 400 mil colonos britânicos da América do Norte e prepararam as condições para a guerra de independência dos Estados Unidos. A Inglaterra havia realizado sua Revolução Gloriosa, com sua Declaração de Direitos, implantando o parlamento, a monarquia constitucional e a divisão de poderes, e dando passos céleres para ingressar na revolução industrial. A França, por sua vez, vivia a ebulição que a levaria à revolução social burguesa.

A metrópole absolutista portuguesa mostrou-se, porém, impermeável a todos esses acontecimentos. Não se adaptou aos novos tempos, nem se dispôs a fazer qualquer concessão à colônia. As conjurações e revoltas ocorridas nos decênios finais do século 18, como a inconfidência mineira, a conjuração fluminense e a insurreição dos alfaiates, foram impiedosamente esmagadas à pólvora, forca, esquartejamento e sal. E na Europa, além de relativamente insignificante, a Corte portuguesa era uma das mais retrógradas. Desde o início, foi uma fiel partidária da santa aliança contra a revolução francesa.

Assim, quando as tropas espanholas e francesas invadiram Portugal, em 1807, sob o comando dos generais de Napoleão, a coroa lusitana não tinha condições de dirigir as *Juntas de Resistência* e a *Guerra da Península*, contra os invasores. Viu-se na contingência de optar pelo transporte do reino para o Brasil, sob a proteção de navios da esquadra britânica. Perderia, portanto, qualquer poder sobre seu território metropolitano, onde estavam situados os armazéns de sua companhia monopolista, suas poucas manufaturas, e as universidades que formavam sua elite nobre. Mas tinha chances de salvar a Corte absolutista, e a esperança de retornar a Portugal na garupa da contra-revolução prometida pelos adversários do imperador francês.

No entanto, não se transplanta um Estado, mesmo pequeno e pouco desenvolvido, para novo território, sem ser obrigado a construir o aparato que lhe permita funcionar, e garanta a existência de seus membros. Para tanto, a família real portuguesa via-se diante da necessidade imperiosa de romper com os éditos que proibiam a colônia de desenvolver-se, mesmo que a meias. Dom João e sua *entourage* teriam que realizar inúmeras mudanças no antigo território colonial, transformado abruptamente em sede da monarquia, de modo a manter seu comércio internacional, e captar recursos para o funcionamento do Estado monárquico.

Como manter o comércio do açúcar, do couro e do algodão, àquela altura os principais produtos exportados pela colônia, e ter a garantia do fornecimento de tecidos e inúmeros outros bens indispensáveis à vida cotidiana, não produzidos no território colonial, numa situação em que o reino dependia da armada, dos produtos manufaturados e dos navios mercantes britânicos?

O Brasil colonial

Além disso, como ignorar a sociedade que, mal ou bem, já existia no Brasil? Apesar de não ter havido resistência séria à truculência com que os membros da corte lusa se apossaram de casas e casarões de *comerciantes* e de *habitantes livres*, a colônia já possuía uma sociedade em processo de estratificação. Nas zonas rurais, ela era formada por *senhores de engenho*, *fazendeiros de partidos*, *fazendeiros de gado*, *clero, escravos, moradores ou agregados,* e *posseiros ou intrusos.*

Nas vilas urbanas, a sociedade colonial era constituída por uma *nobreza burocrática*, *clero, traficantes de escravos*, *comerciantes* de diferentes tipos, homens livres de profissões diversas, também chamados de "*os que servem a outrem*", assim como por escravos domésticos, muitos dos quais eram "*negros de ganho*". Desde o século 17, a monarquia lusa passara a depender, para sua sobrevivência, principalmente, da extração de riquezas da colônia americana do Brasil. Passara a depender, pois, dessa sociedade e de seu empenho para garantir a transferência das riquezas do território brasileiro para a metrópole portuguesa.

A outra fonte de sobrevivência portuguesa, indispensável àquela extração, eram as colônias africanas fornecedoras de braços escravos. Era o que sobrara a Portugal, em virtude da sua pequena densidade populacional e do seu pequeno poder marítimo. No início do século 19, porém, o comércio de escravos e a produção das principais riquezas da colônia brasileira haviam entrado em crise. As pressões inglesas sobre o trafico de escravos, a decadência das minas de ouro e diamantes brasileiras, a

concorrência do açúcar antilhano, e a ameaça das guerras européias sobre o comércio colonial, haviam colocado em perigo a existência do império português.

Nessas condições, resistir e cair prisioneira de Napoleão poderia representar, para a Coroa portuguesa, não só a perda do poder sobre seu território europeu, mas também, e principalmente, da colônia americana que a sustentava. A transferência da sede do reino para o Brasil foi a saída estratégica para garantir o principal. E a *abertura dos portos às nações amigas,* como primeiro ato na chegada a Salvador, foi uma imposição da situação em que se encontravam, tanto o reino degredado, quanto os produtores coloniais.

Se o comércio do açúcar colonial tivesse sido paralisado, na esperança de manter intocado o monopólio português sobre o comércio internacional do Brasil, a monarquia e a colônia teriam afundado na crise econômica e financeira. As conseqüências dessa crise poderiam ter desdobramentos sociais e políticos cuja profundidade é difícil deduzir. De qualquer modo, na ocasião, a quebra do monopólio português foi a mudança mais radical adotada pelo regente. Sinal de que o instinto de sobrevivência, em algumas ocasiões, também age sobre os sistemas políticos, por mais retrógrados que sejam.

A construção do aparato de Estado no território da antiga colônia era também uma necessidade da situação de fato em que a monarquia portuguesa se encontrava. Sem um mínimo de força armada, justiça, escolas, hospitais e outros serviços públicos, nem a pior *monarquia absolutista* funcionaria e sobreviveria. É lógico que tudo isso representou avanços significativos na situação da vida brasileira, criando condições de novo tipo para o

futuro processo de independência da colônia. Mas, daí a supor que tais medidas *modernizantes* tenham sido fruto de algum *absolutismo iluminista* ou *esclarecido* vai uma grande distância. Comparadas aos avanços que a Europa experimentava nessa ocasião, as *obras de D. João* foram medíocres.

A demonstração mais evidente do conservadorismo retrógrado da monarquia, assim como da classe dominante que se encontrava em avançado processo de cristalização na colônia, reside no fato de que o príncipe regente não introduziu qualquer mudança no modo de produção escravista vigente no país. Em pleno período da revolução industrial e da expansão capitalista, a monarquia joanina permaneceu aferrada ao comércio de escravos e à produção com mão-de-obra escrava, tanto na cultura da cana, quanto na nova cultura do café. Na prática, nada fez para aproveitar-se das descobertas científicas e dos inventos técnicos já presentes em sua época, ingressando na manufatura e na indústria mecânica, e expandindo o trabalho assalariado. A *liberdade* de instalar manufaturas e serviços, concedida pela Corte, não passou de retórica, porque chocava-se com a larga predominância do trabalho escravo.

Para desenvolver a manufatura e a indústria, a condição necessária era a libertação dos escravos e sua transformação em trabalhadores assalariados. A monarquia joanina, porém, preferiu fazer com que os recursos para sua manutenção viessem tanto do tráfico negreiro, quanto dos produtos gerados pelo trabalho escravo. Em outras palavras, se houve alguma *fecundidade* no período joanino, ela foi fruto do escravismo, de seus traficantes, e do trabalho exaustivo dos escravos. O que alguns his-

toriadores chamam de *aspecto negativo* era, na realidade, a condição necessária de sustentação da monarquia, de seus feitos, de sua cultura, e da vida faustosa da Corte.

Os principais atores desse período histórico foram os *latifundiários*, descendentes diretos dos donatários e dos sesmeiros, que se instalaram nas terras brasileiras desde a primeira metade do século 16, e que contribuíram decisivamente para modelar o país ou a nação que temos hoje. É um pouco de sua história que vamos percorrer neste texto.

Existem ou não?

Ainda restam no Brasil algumas personalidades sociais ou políticas, consideradas *oligarcas ou coronéis do sertão.* Essas figuras lembram os grandes proprietários rurais, que agiam em seus domínios como legisladores e juizes de suas próprias leis, decidindo da vida e da morte dos dependentes e vizinhos, dos amigos e desafetos.

Até o final da primeira metade do século 20, elas ainda eram parte do presente. No entanto, desde então, foram se transformando, cada vez mais, em coisas do passado. Seus descendentes modernizaram-se. São ainda proprietários de grandes extensões territoriais, mas só eventualmente lembram os antigos senhores de terras e de homens. De tal modo, que muita gente sequer sabe que os latifundiários de hoje começaram sua história, no Brasil, como *donatários e sesmeiros,* senhores dos sertões e amos de escravos.

Primeiro foram senhores de engenhos de açúcar e de plantações de cana, e colonos sesmeiros plantadores e fornecedores de cana. Depois, também foram fazen-

deiros de gado, preadores de índios e de escravos fugidos, mineradores de ouro, diamantes e outras pedras preciosas, estancieiros, e fazendeiros de algodão e café. Com o tempo, formaram uma classe social, a *classe dos latifundiários*, cuja raiz estava fincada na propriedade territorial. Constituíram uma aristocracia de potentados, que varou os tempos, dominando o Brasil por mais de quatro séculos. E, a partir da segunda metade do século 20, foi metamorfoseada num setor da classe burguesa ou capitalista.

O termo *sesmeiro* praticamente desapareceu após a extinção da lei das sesmarias, em 1822, embora a sesmaria ainda tenha continuado a ser utilizada, por muito tempo mais, como medida agrária em algumas regiões brasileiras. Mas, a denominação *senhor de engenho* ainda hoje é recordada para designar o reacionarismo e o conservadorismo de certos segmentos sociais, avessos à democracia e ao progresso. E, se agora não mais encontramos os preadores de índios e de escravos fugidos, a nossa memória sobre eles é avivada, amiúde, pela figura do *gato,* arrebanhador de trabalhadores para os serviços, muitas vezes em sistema de escravidão, não apenas nas grandes fazendas agropecuárias do Centro-Oeste e da Amazônia, mas também em plantações de outras regiões do Brasil.

No centro daquele sistema produtivo tínhamos o *latifúndio* e sua personificação, o latifundiário, aquele elemento social e político que se implantou nas terras brasileiras, na primeira metade do século 16, como o principal instrumento da Coroa portuguesa para a realização do processo de colonização por assentamento.

Preliminares

Já bem antes do século 15, a monarquia portuguesa procurava firmar sua independência diante das pretensões espanholas, através de uma aliança com os mercadores e do desenvolvimento do comércio no Mediterrâneo e na costa ocidental africana. Do século 11 em diante, as Cruzadas haviam aberto as rotas comerciais do Mediterrâneo, do norte da África e do Oriente Médio, e descortinado um mundo de oportunidades de especiarias do Oriente, de ouro e de escravos africanos.

Ao mesmo tempo, Portugal se via acossado pelas pretensões de Castela de criar um único reino na Península Ibérica, aproveitando-se das vitórias sobre os árabes, durante o século 13. Premida por território e população escassa, as monarquias portuguesas de Sancho II, Alfonso III, Diniz e Pedro I, entre 1223 e 1325, expandiram seus domínios no rumo do Atlântico e privilegiaram os mercadores, apesar da resistência da alta nobreza latifundiária e do clero. Estes pretendiam resolver o problema do pequeno território lusitano às custas das terras de Castela, enquanto uma parte da nobreza e dos mercadores enxergava no comércio marítimo as melhores condições para a obtenção de riquezas. Essa disputa, entre a burguesia comercial e a nobreza, só vai ser decidida com a revolução de Avis, em 1383, e com a batalha de Aljubarrota, contra Castela, que consolida a independência lusa.

A aliança da monarquia com os mercadores foi ampliada, a partir de então, com o incentivo real à construção naval e às explorações marítimas. O projeto de Sagres, comandado pelo infante Henrique, filho de João

de Avis, se beneficiou dos avanços técnicos introduzidos pelos árabes, nos séculos 14 e 15, como a bússola, o sextante, a pólvora e a cartografia, para explorar a costa ocidental africana, intensificar o comércio de ouro e de escravos africanos, e tentar a recuperação da Terra Santa.

A monarquia portuguesa aproveitou-se, ainda, das invenções dos Templários, no final do século 14, como as *companhias de comércio,* o *sistema de transferências e depósitos*, assim como da consolidação da *economia mercantil*, trazida pela produção aurífera e pela *monetização* das próprias relações feudais. Passou a arrendar os direitos de aduana à burguesia mercadora, enquanto esta obtinha altos rendimentos com a comercialização das especiarias conseguidas através de seus entrepostos e feitorias, implantados em zonas produtoras da África, e depois da Ásia.

Assim, durante todo o século 15, a aliança entre a monarquia e a burguesia comercial portuguesa transformou as zonas tropicais, chamadas genericamente de Índias Orientais, em fornecedoras de certos produtos alimentícios à população da Europa, cujo número vinha experimentando um crescimento sensível. No final daquele século, elas também já haviam se tornado traficantes ativas de escravos para as plantações de cana implantadas nas ilhas africanas do Atlântico. Com seus navios, transportavam os escravos capturados pelos mercadores cristãos e muçulmanos, que atravessavam o Saara com caravanas de cativos.

Entretanto, no início do século 16, esse sistema mercantilista português demonstrou sinais de esgotamento. Os preços das especiarias e das peças escravas tiveram quedas acentuadas, com a entrada de concorrentes ho-

landeses, ingleses e franceses, não mais permitindo obter os lucros avantajados até então conseguidos. Essa situação foi agravada pelo fato de que Portugal, apesar de haver avançado nas técnicas de navegação e nas plantações açorianas, não possuía manufaturas. As ferragens e outros utensílios necessários à construção naval eram importados da Inglaterra e da Holanda. Desse modo, seus lucros evaporavam-se na aquisição dessas manufaturas, assim como no pagamento dos empréstimos contraídos aos banqueiros holandeses, nas despesas com a defesa, e no luxo e ostentação de sua nobreza.

A descoberta e a ocupação das terras americanas ricas em pau-brasil trouxeram à burguesia mercantil portuguesa, e à nobreza que a apoiava, a esperança de uma solução rápida para as dificuldades em que se encontravam. Se as terras descobertas por Cabral propiciassem os metais preciosos que as lendas proclamavam, Portugal poderia manter seu esplendor e seu poderio ainda por muito tempo. Porém, foram necessários 30 anos de exploração predatória de pau-brasil e outras madeiras nobres, e incursões infrutíferas pelo novo território, para desfazer a miragem dos *eldorados*.

Nem ouro, nem prata, nem esmeraldas, foram descobertos nesse período. O pau-brasil foi devastado rapidamente, com a colaboração predatória de franceses, ingleses, holandeses e alemães, que também realizavam, com os indígenas, o *escambo*, ou a troca da madeira por quinquilharias diversas, apesar das frotas guarda-costas enviadas por Portugal.

Entretanto, nesse mesmo período, o açúcar apresentou uma demanda crescente na Europa, com preços compensadores. Esse produto, até então raro e apenas

utilizado para presentear reis e nobres, passara a ser amplamente consumido desde que as plantações italianas do Mediterrâneo, e portuguesas das ilhas atlânticas da África, haviam aumentado sensivelmente sua produção. Como costuma acontecer, o produto criou seu próprio consumo, intensificando a procura e abrindo um novo campo de lucros para o mercantilismo português.

As terras brasileiras, abundantes e, segundo a experiência obtida nas grandes plantações ultramarinas, favoráveis ao desenvolvimento da cana de açúcar, propiciaram à nobreza e à burguesia mercantil lusas a realização de um projeto açucareiro, que as tirasse da crise em que se debatiam. Assim, quando Martim Afonso, em 1530, comandou sua frota rumo à nova terra, tal projeto já estava delineado. Foi com vistas à sua implantação que recebeu a incumbência de fazer um levantamento completo do litoral e, ao mesmo tempo, a autorização de doar *sesmarias* destinadas ao plantio da cana, embora a carta régia estabelecendo o sistema das sesmarias no Brasil só tenha sido firmada em 1534.

O projeto português

O projeto português era ambicioso. A produção açucareira deveria estender-se a todas as terras compreendidas no Tratado de Tordesilhas, transformando-as num extenso canavial, salpicado de engenhos de açúcar. Os capitais, a técnica e a infra-estrutura de comercialização dos holandeses estavam à disposição para o empreendimento. Os batavos já haviam financiado em parte a expansão marítima portuguesa, através de seus banqueiros, e dominavam a técnica de refino do açúcar,

além de possuírem meios de transporte e centros de comercialização capazes de atingir toda a Europa. E, sem dúvida, não perderiam a oportunidade de obter novos e grandes lucros, em associação com seus antigos parceiros lusitanos.

A implantação do projeto açucareiro exigia, além disso, como haviam demonstrado as experiências de transplante da gramínea nativa de Papua Nova Guiné para as terras ocidentais, a organização de um sistema produtivo e de um sistema administrativo e político peculiar. A unidade administrativa e política territorial adotada inicialmente, pelas Cartas de Doação de 1534, foi a *capitania hereditária.*

Aquelas Cartas dividiram o território em 12 *capitanias,* estabelecendo sua forma de transmissão, alienação ou retomada, assim como a jurisdição civil e criminal do *donatário*, na qual se incluía o direito de escravizar e vender indígenas. Estabelecia, ainda, a extensão de uma *sesmaria,* dentro de cada capitania, doada ao próprio donatário. Em termos mais precisos, as Cartas de Doação transferiam ao donatário a representação dos poderes reais, nos limites de sua capitania.

A *sesmaria* foi a unidade territorial sobre a qual foi estabelecido o sistema produtivo propriamente dito. Adotada em Portugal por D. Fernando, em 1375, como forma de propriedade territorial, a sesmaria procurava evitar o crescente êxodo dos camponeses, em virtude dos encargos feudais, e manter a produção de alimentos num nível adequado. Para tanto, a lei das sesmarias fazia certas concessões aos servos, diminuindo as obrigações e tributos feudais, ao mesmo tempo em que penalizava, com a perda das terras, aqueles senhores que as deixas-

sem incultas. A adoção da sesmaria visava compatibilizar a manutenção do sistema feudal português, então em franca desagregação, devido ao florescimento do comércio e das cidades marítimas, que constituíam seus centros de difusão, com o desenvolvimento dessa economia mercantil, que trazia grandes dividendos à monarquia.

Entretanto, seu resultado mais palpável foi a criação de uma numerosa nobreza de *joões-sem-terra*, que também afluiu para as cidades litorâneas, dominadas pela burguesia mercantil. Enquanto esta constituía uma verdadeira aristocracia de mercadores e mestres de ofícios, aquela nobreza empobrecida era proibida, ainda por cima, pelas diversas ordenações reais, de realizar qualquer trabalho manual. As histórias de nobres, como Camões, que morreram na miséria, refletem as contradições do declínio do feudalismo português, em que uma parte dos senhores feudais viu-se privada da base territorial de onde provinham seus recursos.

Desse modo, essa pequena nobreza despossuida formava uma legião obrigada a viver farejando empregos públicos ou a meter-se nas aventuras ultramarinas do mercantilismo. No Brasil, enquanto a aristocracia militar (Martim Afonso, Duarte Coelho e outros) recebia as capitanias e, mais tarde, os principais postos dos governos gerais que se sucederam, os membros daquela pequena nobreza constituíram a massa principal de *colonos sesmeiros,* que receberam extensões de terra, variáveis conforme sua localização e as posses dos próprios colonos. Embora, formalmente, as sesmarias pudessem ser doadas a qualquer um que ostentasse a condição de católico, elas foram cedidas principalmente aos *homes de calidad* (nobres) e aos *homes de recursos* (burgueses endinheirados).

Pelas Cartas Forais, ao donatário era concedido o direito de doar as sesmarias, a não ser a si próprio e a parentes próximos. A propriedade da terra era, pois, do sesmeiro, podendo ser retomada se não fosse aproveitada dentro de certo tempo. Ao donatário era concedido, ainda, o direito de explorar minas, receber gêneros alimentícios e munições sem pagar taxas alfandegárias, e tributar a navegação fluvial. Assim, mesmo não estabelecendo laços formais de vassalagem do colono sesmeiro em relação ao donatário, as Cartas de Doação e Forais davam tantos poderes aos donatários que estes, na prática acabavam por se tornar os maiores sesmeiros de sua capitania e os senhores diante dos quais os demais sesmeiros deviam curvar-se.

Essas ordenações não mudaram quando Portugal foi submetido à Coroa espanhola, entre 1580 e 1640, após uma série de conspirações e motins, patrocinados principalmente pela nobreza e pelo clero ligados à realeza espanhola. Por outro lado, os sesmeiros portugueses aproveitaram-se da integração da colônia ao domínio espanhol para alargar seus domínios para norte, oeste e sul. Eles desbravaram a Amazônia, grande parte do Centro-Oeste, e se implantaram até quase o rio da Prata, rompendo os limites do Tratado de Tordesilhas e alargando a superfície ocupada.

Apesar disso, o projeto açucareiro corria o risco de fracassar porque os donatários mostravam-se incapazes de administrar o processo produtivo e, ao mesmo tempo, defender as capitanias, tanto das constantes incursões de outras monarquias coloniais, quanto dos indígenas que se rebelavam contra a escravização, apesar da proibição real de escravizar indígenas fosse de 1512. Tal situação

obrigou a Coroa portuguesa, após recuperar a independência, em 1640, e vencer as conspirações de parte da nobreza e do clero para restaurar a Coroa espanhola, a retomar as *capitanias hereditárias,* transformando-as em *capitanias reais,* e a estabelecer o governo geral do Brasil, em 1646. O sistema das capitanias, desse modo, definhou em pouco mais de 100 anos.

Ao contrário das capitanias, o sistema das sesmarias consolidou-se e ampliou-se, marcando como ferro em brasa, até a atualidade, a estrutura da propriedade agrária no Brasil.

Senhores de engenho

Foi no Nordeste, principalmente nas capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Bahia, que se formou a primeira geração de latifundiários brasileiros. Essas capitanias, ao contrário das demais, se mostraram muito propícias para o plantio da cana. Com um solo constituído de grandes extensões de massapé, e um clima adequado de chuvas, os sesmeiros encontraram as condições físicas necessárias para produzir cana e açúcar na escala desejada pela metrópole portuguesa.

Havia, contudo, um porém. Conforme as experiências das plantações do Mediterrâneo italiano e dos Açores haviam mostrado, a grande plantação de cana exigia a utilização massiva e intensiva de grande contingente de trabalhadores. Assim, além da exigência de plantio em larga escala haver determinado, em grande medida, a configuração da propriedade territorial, ela também determinaria a forma de organização do trabalho.

A necessidade do escravismo

A Europa do século 16 ainda não apresentava o excesso populacional que desaguaria nas grandes correntes migratórias, dois a três séculos depois. Deslocar de lá grandes massas populacionais, num quadro de subordinação dos trabalhadores às glebas feudais, e de intensa fragmentação de reinos e feudos, era impraticável. Por seu lado, no caso da população portuguesa, muito rarefeita, sua pequena nobreza, mesmo empobrecida, mantinha-se fiel às cartas régias, que lhe vedavam o trabalho manual. Ao chegar ao Brasil, em 1534, o padre Nóbrega reparou imediatamente que "os homens que aqui chegavam não achavam outro modo de viver senão do trabalho dos escravos, que pescam e vão buscar-lhes alimentos e cortar e transportar árvores".

Assim, não era com uma população avessa ao trabalho intensivo e, mesmo, a qualquer trabalho, que a burguesia mercantil e a Coroa portuguesa poderiam contar para colocar em marcha seu projeto açucareiro. Nas condições técnicas existentes na época, o trabalho intensivo só era possível através de métodos coercitivos, forçados, o que não era novidade para Portugal e para as demais monarquias feudais européias. Estas vinham, há muito, não só exigindo trabalho redobrado de seus servos, como empregando trabalho escravo nas colônias, e o reintroduzindo na própria Europa, com cativos mouros e africanos.

Em conseqüência, as Cartas de Doação e, mais tarde, o regimento do governo geral, previam a escravização dos nativos, para o funcionamento do sistema produtivo das grandes plantações e dos engenhos

de açúcar, embora os jesuítas houvessem conseguido da monarquia a proibição de escravizar os indígenas. Desse modo, a escravidão derivou de razões econômicas e sociais. As necessidades econômicas da época, o grau de desenvolvimento das técnicas de trabalho agrícola, as exigências técnicas da própria cana, o estágio social e numérico das populações portuguesa e européia, tudo isso conduziu à adoção do trabalho escravo e da grande propriedade territorial nas terras tropicais do Brasil.

É um engano supor que o Brasil poderia ter um desenvolvimento idêntico ao dos Estados Unidos se o colonizador fosse outro que não o português. Essa idéia vulgar do processo de colonização, que culpa um pretenso atavismo lusitano pelos males que a escravidão e o latifúndio geraram, é a mesma que leva a supor que o índio rebelou-se contra a escravidão por ser portador de uma índole crônica de preguiça.

O regimento escravagista baseava-se num sistema de trabalho incompatível com o estágio social das comunidades indígenas existentes no território brasileiro. Ainda na fase histórica da coleta e da caça, os nativos das terras oficialmente descobertas por Cabral eram incapazes de aceitar o trabalho forçado, principalmente se tal trabalho não se destinasse ao usufruto da própria comunidade. Ele trabalhava pelo necessário. Mesmo quando realizava o escambo do pau-brasil e de outras especiarias com os brancos, fazia-o para obter objetos que ainda não possuía. Eram poucas as tribos que se dedicavam à agricultura do milho, cará, mandioca, e de alguns outros poucos alimentos, havendo indícios de que esta atividade era um trabalho das mulheres.

É possível que a ausência de cereais, assim como de bois e cavalos, nos continentes americanos, antes da colonização, tenha impedido o aprendizado mais amplo da domesticação de plantas, e da domesticação e pastoreio dos animais, pelas populações aqui presentes. Em virtude dessas condições ambientais, os indígenas brasileiros ainda não haviam conseguido desenvolver suas forças produtivas, ao ponto de produzirem excedentes alimentares e, com isso, transitar para a propriedade privada e o escravismo, como ocorreu em outros continentes.

Porém, quaisquer que tenham sido as causas do estágio cultural em que se encontravam, o fato é que os indígenas brasileiros não aceitaram perder seus campos de caça e coleta, para as plantações, nem o regime de escravidão, iniciados em 1530. Rebelaram-se violentamente, tanto contra a ocupação de seus espaços, quanto contra as tentativas de escravização. São razoavelmente conhecidas a Confederação dos Tamoios, no litoral Sudeste, entre 1555 e 1567, a Guerra dos Bárbaros, no Nordeste, entre 1683 e 1710, a Guerra dos Manaus, entre 1710 e 1717, e a Guerra dos Guaranis, entre 1760 e 1767. Se compararmos essas datas com os períodos de expansão territorial da colonização portuguesa, vamos acompanhar tanto a migração dos nativos para o oeste, sul e norte, quanto a sua resistência à colonização.

A política colonial de escravização indígena, com seus métodos violentos, causou a morte de milhões de nativos, dizimando quase completamente a força humana de trabalho das comunidades primitivas e as formas tribais de organização da produção. Assim, seja pela resistência estóica dos nativos, seja pelos resultados pífios das tentativas de sua escravização em larga escala, os planos

de utilizar a população indígena como a principal força de trabalho do projeto açucareiro tornou-se um problema econômico, que colocava em risco o próprio processo de colonização do território ultramarino do Brasil.

Ante tais dificuldades, os sesmeiros voltaram-se para a importação de escravos africanos. Os nativos daquele continente representavam, na época, estoque populacional muito maior do que o do Brasil. Além disso, arrancados à força de suas comunidades e transportados a ferros para outro continente, outras terras, águas, frutos e animais, todos desconhecidos, os escravos negros tinham, pelo menos no início, muito menos opções para fugir e para sobreviver. Para a grande massa de escravos sobrava a alternativa de morrer, seja por melancolia ou saudade, o *banzo*, seja por algum ato de desespero, ou *adaptar-se.* Não há dúvida de que, nas condições *normais* de vigilância, disciplina e coerção severas, grande parte teve que *adaptar-se* ao sistema escravista.

As remessas de força de trabalho apresada na África passaram a ser continuas, a partir de 1559, com o alvará que concedia licença a cada engenho para importar 120 *peças escravas.* Isto, entretanto, não significou o abandono da política de preação de peças índias. O escravismo praticado contra as populações indígenas, principalmente pelos sesmeiros do sul e do extremo norte, manteve-se paralelo à escravização negra, durante muito tempo. Em 1572, o espólio de Mem de Sá indicava claramente que o escravo índio ainda preponderava sobre o escravo negro, pelo menos no Rio de Janeiro.

Ainda no século 18, auxiliadas pelas ordenações pombalinas contras as missões religiosas, as *bandeiras paulistas* e os colonos nortistas continuavam atropelan-

do os sertões e as matas à cata de índios. São Vicente foi conhecido, durante longo tempo, como *porto dos escravos,* não porque nele chegassem cativos vindos da África, mas porque nele eram embarcados escravos índios para outras localidades. As bases do regime de produção açucareira foram, pois, a grande propriedade territorial, a *sesmaria*, e o trabalho escravo, primeiro indígena e, depois, africano. A conjunção de ambos, em função dos interesses do mercantilismo europeu, formou o latifúndio escravista, um sistema econômico, social e político, no topo do qual encontrou-se, inicialmente, o *senhor de engenho.*

Os engenhos

Relacionando os moradores de sua capitania, em 1549, Duarte Coelho citava os "sesmeiros poderosos que faziam engenhos de açúcar". No mesmo período, em suas andanças pelo território brasileiro, Gabriel Soares de Souza encontrou "moradores ricos das fazendas de raiz", de vida opulenta e faustosa. Entre eles, contou 100 com renda anual de 1 mil a 5 mil cruzados, cujas fazendas valiam de 20 mil a 60 mil cruzados. Dois séculos depois, outro arguto observador da vida da colônia, Antonil, notou que esses moradores poderosos eram *senhores de engenhos reais*, com muitos escravos e canaviais próprios. Antonil os distinguiu dos senhores de engenho menores e dos *senhores sem engenho*, estes *obrigados* à moenda da cana nos engenhos reais.

O engenho reunia a moenda de cana, os demais equipamentos de fabricação do açúcar, e terras próprias com canaviais. Nem sempre, porém, esses canaviais ti-

nham capacidade para suprir as necessidades de cana do engenho, em especial quando este era maior, ou *real*. Por isso, era comum o estabelecimento de contratos entre os senhores de engenhos e outros sesmeiros sem engenho, que se obrigavam a entregar sua cana para ser moída e transformada. Os senhores de engenho também arrendavam parte das terras do engenho para colonos livres, que se submetessem ao mesmo tipo de contrato. O engenho pagava a esses sesmeiros-lavradores com parte do açúcar produzido.

Constituíram-se, assim, muitas *fazendas obrigadas*. Os lavradores, sesmeiros ou rendeiros *obrigados* à moenda, também eram senhores de escravos, mas menores, que tratavam os senhores de engenho como os vassalos tratavam aos fidalgos. Estavam submetidos a um domínio do qual também dependiam os trabalhadores livres, contratados para gerenciar os escravos e operar os engenhos.

Os *feitores-mores* eram os administradores gerais dos trabalhadores escravos, a eles se subordinando os *feitores-de-partidos*. Estes eram os administradores ou capatazes de trabalhadores escravos em parcelas determinadas dos canaviais. Os *mestres-de-açúcar* eram encarregados de todo o processo de fabricação de açúcar nos engenhos. Os *banqueiros* encarregavam-se das casas das caldeiras, enquanto os *purgadores* tinham por obrigação a purgação ou purificação do açúcar. Os *caixeiros* eram os responsáveis pela medição e despacho das caixas de açúcar. Os *sacerdotes-capelães*, por seu turno, eram padres que serviam ao engenho como *amansadores* de escravos, catequizando-os.

Todos esses trabalhadores livres recebiam solda-

das ou salários. Porém, do mesmo modo que os lavradores obrigados, estavam presos ao senhor de engenho pelo dever de fidelidade e obediência. A todos eles o senhor oferecia em troca, além da soldada, ou *partição do açúcar produzido*, proteção e defesa contra os assaltos indígenas e contra o arbítrio da autoridade de outros senhores de engenho.

Na base de todo esse sistema encontravam-se os escravos. Eles eram, segundo Antonil, "*as mãos e os pés do senhor*". Sem eles, "*não era possível fazer, conservar ou aumentar fazenda, nem ter engenho corrente*". Toda a força e a opulência do senhor de engenho sustentavam-se no regime escravagista. Apropriando-se do trabalhador índio ou africano, por meio da violência física, os sesmeiros consideravam o escravo parte integrante dos instrumentos de produção, um objeto ou animal falante, ao qual bastaria fornecer os meios de subsistência indispensáveis para manter a força de trabalho deles em contínua produção.

Apenas na Bahia contavam-se, em 1587, cerca de 4 mil escravos. Cem anos depois, na colônia toda, estimava-se a existência de mais de um milhão de escravos, a maior parte concentrada nos canaviais e engenhos da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Cada engenho comportava, em média, 150 a 200 escravos, distribuídos pelos *eitos* ou *partidos-de-cana*, pelas diferentes tarefas do engenho, e pelos serviços da *casa-grande*.

Nos eitos trabalhavam, de sol-a-sol, escravos e escravas de *machado, enxada e foice*, responsáveis pela derrubada de matas, pelo plantio, trato e colheita da cana, e pelo trato das culturas de subsistência. Nas *moendas* dos engenhos trabalhavam escravas, arriscadas a perder

os braços ou a vida a qualquer descuido. Nas *fornalhas* e nos *tachos*, onde fervia a *garapa*, locais comparados por Antonil ao inferno, purgavam os escravos rebeldes, a maioria das vezes acorrentados, transformados em *caldeireiros* (operadores das caldeiras), *calafates* (responsáveis pela calafetação das caldeiras e tachos) e *tacheiros* (auxiliares de tachos).

Nos demais serviços do engenho trabalhavam escravos nos ofícios de *carapinas, carreiros, canoeiros, barqueiros e marinheiros*, respondendo pela manutenção dos equipamentos e transporte da cana de açúcar. Escravos *vaqueiros* e *pastores* cuidavam do gado de tração, enquanto os *pescadores* garantiam parte da alimentação da população do engenho. Na casa-grande - casa senhorial, onde vivia o senhor de engenho e sua família - serviam os privilegiados e as escravas mais bem apessoadas, prontas para atender aos apetites sexuais que o ócio açulava no senhor e em seus filhos varões.

Era voz corrente que, para manter submissos os escravos, eram necessários *3 pês: pau, pano e pão*. Entretanto, como reparou Antonil, enquanto o pano e o pão nem sempre eram fornecidos conforme a necessidade, o pau era distribuído com grande prodigalidade. Os instrumentos de que se serviam os senhores para castigar aos escravos não eram utilizados nem para os animais irracionais. Num regimento de João Fernandes Vieira, o mesmo senhor de engenho de Pernambuco, que se aliou aos holandeses, enquanto estes lhe deram vantagens e, depois, acabou aparecendo como herói na luta contra eles, o açoite era estipulado como castigo. Mas o regimento não ficava por aí. Depois do açoite, o escravo deveria ser picado com navalha ou faca, e receber sal, sumo

de limão e urina sobre os cortes. Num ato final de piedade, João Fernandes proibia que se batesse no castigado com pau, pedra ou tijolo.

Apesar desses claros sinais do sadismo, empregado pelos senhores de engenho, para manter passivos os escravos, sucessivas cartas-régias a respeito do trabalho servil somente demonstraram preocupação com o fato de que os latifundiários escravistas não permitiam aos escravos o descanso necessário.

Foi desse modo que brotou na colônia uma aristocracia agrária. Ela se caracterizava pela exteriorização de um luxo de tipo asiático. Possuía cavalos pomposos, tocadores de charamelas (um tipo de clarineta) e trombetas, tangedores, lacaios. E multiplicava festas, recreações, serpentinas e jogos. Tudo isso fazia parte da ostentação da casa-grande. Nela se concentravam todas as riquezas acumuladas pelo senhor, em decorrência do trabalho escravo.

A casa-grande era, sem dúvida, a demonstração mais ostensiva do poderio e riqueza dessa aristocracia latifundiária. Tão ostensiva, que, às vezes, estudiosos argutos como Gilberto Freire não conseguiram enxergar na *senzala* a base real do poderio econômico e social do senhor de engenho. Ofuscados pelo brilho da casa-grande, e pela lubricidade do senhor de engenho com as *mucamas* que o serviam à mesa e na cama, erigiram o mito da *democracia racial brasileira*, cuja maior conquista parece ter sido a miscigenação.

Qualquer que seja a consideração sobre o patriarcalismo dos senhores de engenho em relação aos escravos da casa-grande, não é possível esquecer o *pelourinho*, plantado no centro das vilas, simbolizando seu poder

absoluto sobre os trabalhadores cativos. Nem apagar da história que esses senhores de engenho, senhores de terras e de homens, transformaram-se no primeiro embrião da classe que construiu os alicerces da sociedade brasileira, sobre a degradação física e moral dos escravos, nos partidos de cana, nas moendas, nas fornalhas, nas senzalas, nas casas-grandes, nos pelourinhos e nos patíbulos.

Fazendeiros de gado

Na primeira fase do estabelecimento da dominação dos latifundiários, engenho e curral faziam parte de uma mesma unidade produtiva. O gado, constituído de bovinos, eqüinos e muares, fora trazido da Europa para ser utilizado como força de tração, alimento, e produtor de couro. Era criado ao lado de engenho, na grande plantação de cana. Mas esta, sempre ávida de novas terras, foi expulsando os rebanhos para os limites das sesmarias, e os fez penetrar nos campos naturais do sertão.

A autonomia do gado

Com o tempo, o gado ganhou autonomia. A tal ponto que uma Carta Régia, de 1701, só permitia a criação de gado a partir de 10 léguas do litoral. Erigiu-se uma delimitação clara entre a lavoura canavieira e o criatório, desaparecendo a interdependência absoluta entre ambos. Como resultado, surgiu um novo tipo de latifúndio e de latifundiário: a *fazenda de gado* e seu *fazendeiro*.

Em 150 anos, o gado devassou todo o Nordeste, amassando sob o seu casco novas terras de domínio para novos grandes senhores. Onde havia "*largueza de campo e água sempre manente dos rios*", como disse Antonil, situavam-se currais com 200 até mil cabeças cada um. Eram verdadeiros postos avançados de ocupação dentro da fazenda. Nesses currais se reuniam os animais e viviam os vaqueiros e peões.

Algo idêntico ocorreu nos campos sulinos, os Pampas. Por volta de 1700, seus rebanhos já somavam algumas centenas de milhares de cabeças. Os rebanhos da Bahia e de Pernambuco, por seu lado, reuniam mais de um milhão e trezentas mil cabeças. Na Bahia quase tudo pertencia à família da Torre (Garcia D'Ávila) e ao mestre de campo Antonio Guedes de Brito. A Casa da Torre possuía 260 léguas (1.700 km) de terras às margens do rio São Francisco, enquanto Guedes de Brito detinha 160 léguas, que iam do Morro do Chapéu ao rio das Velhas. Por seu turno, o paulista Antonio Gonçalves Filgueiras devassou os sertões dos rios Verde e Pardo, estabelecendo fazendas que iam do Brejo Grande ao São Francisco.

Esses domínios das fazendas de gado guardavam, em diversos aspectos, similitude com os feudos europeus da Idade Média. Eram quase auto-suficientes. É verdade que do sertão *desciam* constantemente boiadas para o litoral, especialmente para a Bahia e para Olinda. Mas o fazendeiro dependia muito pouco desse comércio para manter e ampliar seus domínios. O gado reproduzia-se naturalmente nos campos.

Já não era criado para ser complemento, utilizado exclusivamente como instrumento de acionamento

das moendas e dos carros. Sua criação passara a ser a principal atividade econômica. Anualmente, devia gerar novas crias, capazes de manter o fornecimento de carne, leite e couro para a vida dos habitantes do sertão. Charqueando a carne, transformando o leite em coalhada, queijo e requeijão, e utilizando o couro para a confecção de vestimentas, móveis e uma série de outros utensílios, a fazenda de gado, acrescida de mais algumas roças de subsistência, bastava-se a si mesma, tanto na produção, quanto no consumo.

Porém, não é apenas nesse autarquismo que a fazenda de gado diferenciava-se da grande plantação canavieira. Ela se distinguia muito mais pelo tipo de hierarquia social que criou, e pela sua independência frente ao mercantilismo. No topo de sua hierarquia estava o fazendeiro, senhor de grandes rebanhos, espalhados por seus domínios territoriais, do mesmo modo que o senhor de engenho possuía grandes extensões plantadas de cana. Mas abaixo do latifundiário fazendeiro não havia uma camada intermediária de outros senhores, arrendatários ou sesmeiros de partidos *obrigados,* também com seu séqüito de escravos, mesmo em menor número.

Abaixo do fazendeiro, servindo-o, situavam-se os *vaqueiros*, os *peões* e os *moradores*. Em troca de proteção e de terra ou gado para trabalhar, submetiam-se a certas *condições* ou *obrigações*. O *vaqueiro*, por exemplo, recebia o gado do latifundiário para pastorear, tratar e criar, na base da partilha das crias. De cada quatro ou cinco reses nascidas, uma ficava para si. Os *peões,* em troca de casa e comida, auxiliavam o vaqueiro no pastoreio, e ambos cuidavam das cercas, das aguadas e do patrimônio do latifundiário contra os intrusos.

O *morador ou agregado*, por seu turno, plantava pequenas roças de subsistência, dividindo sua produção com o latifundiário na base da *meia* ou da *terça*. Muitas vezes, além disso, era obrigado a prestar serviços avulsos ao latifundiário, em um, ou mais dias por semana, os chamados *dias cativos* ou *cambão*, sem remuneração alguma, ou por pequena remuneração, conforme o trato.

Essas categorias subalternas, diferentemente dos escravos que também serviam nas fazendas de gado, eram formalmente *livres*. Suas relações com os latifundiários eram baseadas, em grande parte, numa subordinação extra-econômica. Por um lado, pela proteção contra os indígenas e contra outros senhores. Por outro, pelo direito de plantar ou trabalhar nas terras pertencentes ao latifundiário, seja como pastor de gado, seja como lavrador.

Além disso, sob o comando de seus senhores, formavam verdadeiros exércitos armados nas guerras que as famílias latifundiárias travavam contra os índios e os escravos, e entre si. Neste último caso, por questões de herança, terras, honra e partidarismo político. Desse modo, todas aquelas categorias subalternas, pelo *favor* de trabalhar e viver agregadas à fazenda, *favor* que consideravam concedido por Deus e pelo latifundiário, deviam-lhe fidelidade e obediência, sendo capazes de defender com a própria vida os domínios e a honra do senhor. Desse modo, o *agregado* era tanto o pacífico vaqueiro, peão, rendeiro, morador ou roceiro, responsável pelo gado ou pelas roças de subsistência, quanto o jagunço, capaz de uma tocaia mortífera.

Ou seja, como contrapartida àquela proteção e ao direito de trabalhar, tinham que pagar uma renda ao latifundiário. Uma renda em serviços, ou trabalho, seja nos

dias cativos, seja nas contendas, e uma renda em produtos, entregando-lhe reses ou legumes. Em termos econômicos, ao fazer isso, estavam pagando a renda territorial ou fundiária. Ao submeter-se à condição de trabalhar um ou mais dias por semana, mesmo por pequena remuneração, estavam entregando a renda-trabalho. E, ao entregar-lhe a meia ou a terça, ou mesmo a quarta do que fora produzido, cediam a renda-produto.

Essas relações entre homens subalternos, formalmente livres, e latifundiários, relações que se poderia conceituar como *agregação*, pelo fato dos próprios trabalhadores se auto-classificarem como *agregados*, subsistiram durante longo tempo ao lado das relações escravistas. Elas são responsáveis, pela semelhança com as relações feudais, pelas confusões estabelecidas nos estudos históricos brasileiros em torno da existência de um *feudalismo* no passado do país.

Na verdade, quando se fala de um sistema, ou de uma sociedade feudal, fala-se de uma sociedade em que predominam as relações feudais. Isto é, as relações de subordinação do servo à terra e ao senhor, caracterizadas pelo pagamento das diversas formas de renda territorial - a renda-trabalho, a renda-produto e a renda-dinheiro - e pela sobreposição de uma estrutura política determinada por tais relações. Esse tipo de sistema não existiu no Brasil. Aqui, ocorreu o predomínio, durante quase quatro séculos, das relações de produção escravistas. A sociedade brasileira, durante todo esse tempo, foi uma sociedade escravista.

As relações das fazendas de gado, de agregação, aparentadas às relações feudais, tinham papel secundário. E a estrutura política que foi sendo implantada no Brasil era toda ela voltada para o funcionamento do sistema

escravagista, embora deva se reconhecer que Portugal exportou para cá muitas de suas instituições, formadas sob a égide do feudalismo europeu.

Expansão latifundiária

Por outro lado, a expansão do domínio dos latifundiários pelo interior do Brasil não se deve exclusivamente ao gado, em sua migração, e às fazendas de gado, que foram se estabelecendo pelos campos. Os bandeirantes da capitania de São Vicente, empregados como sertanistas de contrato na preação e na repressão às revoltas indígenas e de escravos africanos, abriram grandes áreas do interior. Em troca dos serviços de guerra, recebiam como sesmarias as terras que tomavam pelas armas. E, segundo Capistrano de Abreu, não foram poucos os que trocaram a vida de guerreiros errantes pela de grandes proprietários rurais.

Em São Vicente, os sesmeiros viviam premidos por um solo e um clima que não lhes permitia o desenvolvimento da cultura da cana. Isto os obrigou a formar um sistema produtivo diferente daquele implantado na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Não havendo açúcar para comerciar, os colonos vicentinos tiveram que resolver os problemas da subsistência, lançando-se à preação e à cata de pedras preciosas e ouro, assim como ao pastoreio e à policultura. Transformaram-se em traficantes de escravos e destruidores de povoações índias e de quilombos negros. Além de comerciar os índios e os africanos fugidos, utilizavam-nos como força de trabalho em suas roças de mandioca, milho e hortaliças, e nas criações existentes.

Nas incursões para preação de peças indígenas, os bandeirantes ultrapassaram as regiões longínquas do território delimitado pelo Tratado de Tordesilhas, tanto no extremo norte, quanto no sul. Paulistas estabeleceram-se tanto no Piauí, quanto nos campos de Goiás e nos planaltos e campos sulinos. Sua expansão acentuou-se no século 17, quando as ameaças holandesas ao comércio negreiro português fizeram diminuir o tráfico para o Brasil. Entre 1628 e 1631, as bandeiras paulistas aprisionaram 60 mil índios nas reduções jesuíticas de Guairá. Num quarto de século, entre 1614 e 1640, calcula-se que os bandeirantes tenham preado mais de 300 mil indígenas, e morto outro tanto.

O bandeirismo declinou quando o tráfico negreiro foi restabelecido, após a derrota dos holandeses, coincidindo com a crise da economia açucareira. O bandeirismo só voltou a reanimar-se no final do século 17, com a descoberta das minas de ouro nas Gerais. Mas aí seu objetivo já não era mais a preação, nem o estabelecimento de fazendas de gado pelo interior, mas a mineração, que também se tornava o centro da vida econômica da colônia.

A mineração do ouro impôs o aumento da produção agrícola das diversas regiões da colônia, ao mesmo tempo em que rompeu com o autarquismo das fazendas de gado e das regiões. O gado, tanto das fazendas sulinas, quanto do Nordeste, passou a ser fortemente demandado pelas áreas de mineração. Com seus cascos, abriu *estradas boiadeiras*, por onde também se dirigia, para as minas, grande parte da força de trabalho escrava da estagnada economia açucareira nordestina. Das estâncias do sul, saiam as tropas de muares necessários ao trabalho e ao transporte das minas. Os próprios latifundiários empregavam sua escra-

vatura na mineração do ouro e diamantes, ao mesmo tempo em que enriqueciam com o fornecimento de alimentos e meios de transporte para levar a produção mineral para os portos litorâneos. E enriqueceram-se ainda mais com o contrabando de gado, escravos, ouro e pedras preciosas, burlando o monopólio comercial da Coroa.

Ao findar o século 18, com o declínio das minas, o senhor de engenho e o fazendeiro de gado ainda se distinguiam em muitos aspectos. O fazendeiro, certamente, era um estóico, se comparado ao senhor de engenho. Vivia com rusticidade. Sua casa-grande podia ser tida como imponente nos sertões interioranos. Mas, comparada às casas-grandes das zonas canavieiras dos barões do açúcar, talvez não passasse de uma tapera avantajada. Por seu lado, os senhores de engenho já não tinham o fausto de antes. A concorrência antilhana, com equipamentos mais produtivos, fizera os preços baixarem, colocando-os em dificuldades, e submetendo-os aos grandes comerciantes e traficantes, de quem solicitavam empréstimos para tocar as plantações.

Tanto senhores de engenho, quanto fazendeiros de gado, possuíam em comum o latifúndio, o monopólio da propriedade da terra. É verdade que o senhor de engenho era proprietário de terras e de homens, predominando os escravos em suas plantações. O fazendeiro era principalmente proprietário de terras e de gado, e apenas subsidiariamente de homens, predominando o *agregado* como força de trabalho em seus domínios. Mas as mudanças ocorridas na economia da colônia, particularmente durante o século 18, fizeram com que os fazendeiros de gado se espraiassem ainda mais pelo território e aumentassem seu peso na sociedade.

Assim, tendo como base comum a propriedade da terra, senhores de engenho e senhores de gado foram se cristalizando como um agrupamento social com os mesmos interesses e idêntico modo de produzir sua vida material. Ambos dependiam da renda territorial, arrancada dos escravos e dos agregados, para viver e manter seu poderio econômico e social. As lutas que os levaram a constituir-se numa classe social tinham por base a grande propriedade fundiária. O resto era detalhe.

A formação dos latifundiários como classe

Todo o sistema produtivo implantado na colônia brasileira refletia os interesses do mercantilismo, especialmente holandês e português. Toda a produção açucareira destinava-se ao mercado europeu e dependia dos financiamentos dos banqueiros holandeses, repassados aos senhores de engenho do Brasil pela burguesia mercantil portuguesa, sob tutela da monarquia.

Contradições do monopólio mercantil

Não foi por acaso, assim, que durante a invasão holandesa de Pernambuco, entre 1630 e 1654, os *homes bons* da capitania fizeram acordo com os agentes holandeses da Companhia das Índias Ocidentais. Esta havia cortado os intermediários da metrópole portuguesa e passara a negociar diretamente com os latifundiários pernambucanos. Oferecia-lhes maiores vantagens, não só garantindo suas propriedades, direitos, liberdade de culto e de comércio com os Países Baixos, como reduzira os tributos pela metade e passara a fornecer crédito adiantado.

Somente quando os mercantilistas holandeses começaram a apertar os cintos dos senhores de engenho e demais sesmeiros, para o pagamento dos créditos concedidos, e estabeleceram novos tributos, é que os latifundiários começaram a demonstrar sentimentos *nativistas*, sentimentos que se tornaram mais fortes à medida que a derrota holandesa parecia mais evidente. Bandearam-se novamente, em sua grande maioria, para o lado português e espanhol, não deixando de condenar, como traidores, aqueles que continuaram do lado dos batavos, a exemplo de Calabar.

Essa vivacidade política dos latifundiários de então, porém, não os salvou completamente. Sua vitória sobre os holandeses ocorreu num contexto de expansão das plantações e engenhos batavos mais modernos nas Antilhas, e de continuidade das pressões da alta nobreza e do clero lusos para restaurar a Coroa espanhola sobre Portugal. Em 1668, a monarquia portuguesa viu-se obrigada a procurar o apoio inglês, em homens e materiais, para a guerra contra a Espanha. Em troca, ofereceu à Grã-Bretanha facilidades de comércio, além das feitorias de Tanger e Mombai. Para compensar essas perdas para o expansionista Império Britânico, a Corte de Lisboa adotou medidas ainda mais severas de monopólio comercial sobre a colônia brasileira, mesmo prejudicando a aristocracia agrária instalada no território.

Endividados e com dificuldades para pagar os financiamentos, os senhores de engenho e demais latifundiários da cana tentaram não só opor-se às crescentes pretensões políticas dos mercadores, constituídos principalmente por lusitanos sem sangue nobre nas veias, como também insurgir-se contra a Corte. A segunda metade do

século 17 assistiu aos primeiros conflitos opondo latifundiários à Coroa. Em 1660 e 1665, ocorreram fortes distúrbios no Rio de Janeiro. Em 1684, a revolta do Bequimão, no Maranhão, estava voltada diretamente contra o monopólio comercial. E, entre 1710 e 1714, latifundiários e comerciantes enfrentaram-se na *Guerra dos Mascates*.

A essa altura, porém, a Coroa portuguesa já havia intensificado seu *absolutismo.* No enfrentamento contra as idéias liberais em curso na Europa, que propugnavam declarações de direitos civis, instalação de parlamentos, divisão de poderes e transformação das *monarquias por direito divino* em monarquias constitucionais, o rei lusitano Pedro II reiterou, em 1674, a *soberania absoluta do Estado* sobre os súditos, sendo o *Estado representado pelo rei, pela fé e pela lei, de origens divinas*. A tendência de acirramento dos conflitos era palpável, mas sofreu uma inversão brusca com a descoberta do ouro, em 1693.

Entre 1706 e 1750, as minas brasileiras alcançaram seus índices máximos, introduzindo mudanças econômicas e sociais profundas na colônia. Os latifundiários passaram a vender parte de seus escravos e intensificaram o comércio do gado bovino e de muares para as minas. Para atender aos mais de 600 mil lusitanos, que se jogaram ao mar na corrida do ouro das Gerais, implantaram novas culturas, como algodão, tabaco e alimentos, voltando a ver sua renda crescer, mesmo numa situação de preços baixos do açúcar.

No entanto, o forte deslocamento populacional e de capitais mercantis, de Portugal para a colônia, causou o abandono da agricultura e da incipiente indústria na metrópole portuguesa. O país viu-se às voltas com falta de mão-de-obra, aumento dos preços internos, e

crescente introdução de produtos industriais britânicos, principalmente tecidos, em troca dos vinhos do Porto. A situação chegou a ponto da monarquia lusa ter de proibir a emigração da metrópole para a colônia, em 1720, mesmo ano em que sua decisão de instalar *casas reais de fundição* no Brasil, para controlar mais rigidamente os mineradores, levou à uma revolta, dirigida por Felipe dos Santos.

A metrópole portuguesa confrontava-se com a crescente rivalidade colonial anglo-francesa, e com a nova hegemonia marítima e a impetuosa concorrência dos produtos industriais britânicos. Procurou melhorar sua situação tomando medidas para fomentar o desenvolvimento industrial do país, introduzindo fábricas de pólvora, tecidos e vidros, ao mesmo tempo em que intensificou o monopólio sobre a produção do ouro e das pedras preciosas da colônia. Assim, para escapar dos problemas europeus, agravava as diversas formas de resistência dos latifundiários, mineradores e demais setores sociais *brasileiros,* contra o monopólio comercial.

Foi nesse quadro que o Marquês de Pombal assumiu o poder metropolitano, em 1750, instaurando um tipo de *despotismo esclarecido,* com medidas duras para debelar a crise. Proibiu a exportação de moedas, e criou a Companhia Vinícola do Alto Douro, para romper o monopólio que os ingleses exerciam sobre o comércio do vinho do Porto, desde o tratado de Methuen, em 1703. Além disso, fomentou a exportação dos produtos coloniais, e fundou o Banco Real e a Companhia do Grão-Pará. Ao mesmo tempo, diante da abolição da escravidão em terras européias, Pombal tentou amainar o descontentamento dos colonos e latifundiários no Brasil,

extinguindo as missões religiosas, muito fortes no Norte e no Sul do território, e *libertando* os índios para serem preados e escravizados pelos latifundiários.

Pombal, porém, não conseguiu superar a crise econômica da metrópole, que viu seu comércio de escravos passar para as mãos de traficantes holandeses. Além disso, teve ainda que enfrentar a resistência armada dos jesuítas e da alta nobreza, romper com o Vaticano, e opor-se à invasão de Portugal por tropas espanholas e francesas, antes de ser desterrado, em 1777. A subida de Maria I ao trono português se dá, desse modo, num contexto de aprofundamento da crise, tanto na metrópole, quanto na colônia.

As exportações brasileiras de açúcar haviam caído de 5 milhões de libras, em 1760, para 3 milhões, em 1775. As novas medidas da Coroa, no sentido de reforçar o monopólio comercial e a vigilância dos portos, proibir as manufaturas, e impedir a fabricação de açúcar em certas regiões - como em Minas Gerais e no Maranhão - tornaram o sistema colonial um fardo muito pesado, fazendo com que os latifundiários acabassem por se tornar defensores do *livre comércio*. Este passou a ser um elemento vital para a sobrevivência e a fortuna dos senhores rurais.

Nestas condições, o bloqueio napoleônico, estabelecido contra a Inglaterra, em 1806, ao dobrar o valor do açúcar e fazer subir, sensivelmente, o valor do couro, fumo e algodão, reforçou a ansiedade latifundiária pelo *livre comércio.* Sem este, produtores e exportadores não poderiam aproveitar a alta dos preços daqueles produtos, nem mesmo manter sua produção.

Assim, quando a metrópole portuguesa foi elimina-

da pela invasão das tropas francesas, em 1807, o regime do monopólio comercial, além de colocar em risco a economia da colônia, perdeu qualquer razão de continuar existindo. A abertura dos portos *a todas as nações amigas,* decretada pelo príncipe regente D. João, a 28 de janeiro de 1808, foi uma vitória do livre comércio, advogado pelos latifundiários, e apoiado pela poderosa burguesia industrial inglesa, que também vivia um quadro agudo de crise.

Na segunda metade do século 18, a Inglaterra já havia ingressado no processo que a levaria à revolução industrial e a transformar-se na fábrica do mundo. Mas ela não conseguira evitar que seus gastos com a guerra de independência americana, a manutenção de sua armada, e o bloqueio napoleônico, a fizessem perder os mercados europeus e debilitassem seu Estado. A abertura dos emergentes mercados sul-americanos tornou-se, dessa forma, vital para a Inglaterra ganhar fôlego, sair da crise, e manter em ascensão seu novo processo industrial mecânico. Foi nesse contexto que o Império Britânico, embora formalmente combatendo o tráfico escravo, fez vista grossa ao intenso comércio negreiro realizado por traficantes brasileiros.

A construção de uma classe

Os senhores de terras passaram a depender desses traficantes, e dos ingleses, para obter créditos para a produção e a comercialização, para exportar seus produtos, para importar os bens industriais que a colônia não fabricava e, principalmente, para contrabandear as peças escravas indispensáveis para a produção colonial.

A Coroa portuguesa exilada, por seu turno, dependia que esses traficantes realizassem com sucesso essa circulação mercantil, não só para ter acesso aos bens de luxo fabricados na Europa, mas principalmente para lhe proporcionar os recursos indispensáveis à manutenção da Corte na nova sede do império.

A ascensão de um poderoso grupo mercantil brasileiro, de traficantes, contrabandistas e comerciantes de escravos, açúcar, couro, fumo e algodão e pedras preciosas, com grande ascendência sobre a Corte portuguesa estabelecida no Rio, influenciou, em muitos aspectos, os latifundiários brasileiros. Estes tiveram a possibilidade de viver um auge que não conheceram sequer durante a mineração do ouro.

A mudança da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, por exemplo, modificou os hábitos de uma parcela considerável da antiga aristocracia agrária. É certo que, no período anterior, uma parte dela já se dividia entre a plantação, ou a fazenda, e as vilas, em particular nas zonas mais prósperas, como Olinda e Bahia. Em geral, porém, a permanência dos senhores de engenho e dos fazendeiros nas aglomerações urbanas era escassa. Nelas predominavam, ao lado da nobreza burocrática e dos comerciantes, uma massa de trabalhadores que lhes serviam, fossem *livres* de diferentes tipos e profissões, fossem escravos domésticos ou de *ganhos*. Estes últimos eram alugados por seus proprietários a comerciantes e nobres que precisavam de seus serviços.

A presença da corte de D. João fez com que a aristocracia latifundiária do centro-sul se mudasse para o Rio de Janeiro, passando a imitar os hábitos e costumes de ostentação e luxo da nobreza fugitiva portuguesa.

Diante desses, a ostentação e o luxo do período dos engenhos açucareiros e das minas empalideceram. Todos buscavam distinção e prestígio. Os proprietários latifundiários dividiam o ano entre a casa da cidade e a casa da fazenda, procurando permanecer a maior parte do tempo perto do poder. Esforçavam-se para participar mais diretamente das decisões desse poder e influir na política imperial.

Muitos esforçaram-se para obter cargos e honrarias, disputando com os traficantes e contrabandistas de escravos os títulos de barões, condes, viscondes e duques, e criando uma verdadeira legião de nobres, que infestou a vida brasileira até o final do século 19. Ainda hoje, mais de um século depois, ainda aparecem reportagens coloridas sobre seus descendentes. O Rio de Janeiro ganhou *status* de exemplo a ser seguido pelas sedes das demais províncias. Em todos os centros urbanos que se desenvolveram com a ampliação do comércio, a aristocracia agrária procurou seguir os padrões de seus congêneres na Corte.

Essa situação tinha por sustentáculo importantes modificações econômicas. O declínio das minas havia coincidido com um período de alta nos preços dos produtos agrícolas. As guerras de independência, desencadeadas no século 18, a partir das colônias norte-americanas contra o jugo inglês, prolongaram-se durante todo o primeiro quartel do século 19. Elas se estenderam pelas colônias espanholas e francesas, desorganizando a produção açucareira nas Antilhas (Haiti e São Domingos) e a produção algodoeira norte-americana.

Tudo isso permitiu que, pelo vale do rio Itapicuru, no Maranhão, se estendesse uma importante lavoura

algodoeira. A lavoura canavieira também renasceu, embora seu eixo principal tenha se deslocado das terras de massapé do Nordeste para as terras baixas do vale do rio Paraíba do Sul. Este florescimento no sudeste, ao lado da utilização dos meios de produção que haviam ficado ociosos com a queda da mineração, formaram a base sobre a qual desenvolveu-se, logo depois, uma cultura que até então não saíra dos quintais e dos pomares das casas abastadas: o café. Com ela, brotou a mais portentosa e rica aristocracia agrária que o Brasil já conheceu: a aristocracia cafeeira.

Com o aumento da procura da bebida de café na Europa, em virtude do vertiginoso crescimento da população urbana trabalhadora, criaram-se as condições para a rápida expansão de sua lavoura nas terras banhadas pelo rio Paraíba do Sul e nas áreas próximas. Entre 1810 e 1820, a lavoura cafeeira tomou conta de todo o vale no sentido norte-sul, fazendo com que as exportações do produto se multiplicassem por cinco, na década de 1820, e outra vez por cinco, na década de 1840.

O rompimento do monopólio comercial permitiu a essa aristocracia latifundiária acumular riquezas antes impensáveis. Por isso, a tentativa da Assembléia Constituinte portuguesa, após a revolução lusa de 1820, de reinstituir o monopólio sobre a colônia, só poderia encontrar uma forte resistência por parte dos latifundiários, ainda predominantemente escravistas. Já afeitos aos problemas do poder, com a permanência junto à Corte, haviam se tornado uma classe ciosa de seus interesses, embora ainda não houvessem passado pelos grandes testes que a consolidariam como classe dominante.

Foi ela quem comandou o processo de independência política, em 1822, e imprimiu os rumos da nascente nação. Não é por acaso, portanto, que as idéias modernas da Revolução Pernambucana de 1817, que defendiam a República, e de José Bonifácio de Andrada, que sugeriam a libertação dos escravos e a reforma agrária, tenham sido deixadas de lado. A república e a abolição do escravismo só vingaram mais de 70 anos depois, mesmo assim impregnadas do ranço oligárquico. A reforma agrária, até o início do século 21, permanecia uma missão inconclusa.

Do latifúndio escravista ao latifúndio de *agregação*

Os latifundiários escravistas resistiram o quanto puderam às modificações no sistema escravo de trabalho. Apesar de odiarem tudo aquilo que revelava sua dependência ao escravo, como o trabalho manual, essa mesma dependência fazia com que eles considerassem o sistema escravagista como um fato natural e eterno. E era do mesmo modo que encaravam o controle e a violência sobre os cativos: apenas aspectos indispensáveis para o funcionamento do trabalho manual que caracterizava o processo e a organização da produção.

Os escravocratas acostumaram-se a enfrentar a resistência escrava, suas fugas, suas rebeliões violentas, sabotagens, roubos e atrasos intencionais, assim como seu sarcasmo e ironia. Tomavam os escravos como *sonsos*, de fingida docilidade, adaptando-se a conviver com isso, como se fosse algo inerente ao caráter *inferior* daqueles *animais falantes*. Nutriam-se da ilusão de sua superioridade, não vislumbrando qualquer saída para a crise da mão-de-obra, instalada pelo desenvolvimento da

indústria e pelas necessidades emergentes da burguesia européia. Não conseguiam imaginar os escravos como trabalhadores livres.

A crise do escravismo

Eles sequer se deram conta de que faziam parte do processo geral que conduziu a um novo tipo de produção na Europa. Como disse Marx, ao tornar a Ásia área de *conquista e pilhagem,* levarem as populações ameríndias ao *extermínio* e *escravização,* transformarem a *África em um cercado para a caça comercial às peles negras,* e extraírem do solo da América ouro, prata e especiarias em quantidades exorbitantes, o mercantilismo escravista deu surgimento, no continente europeu, a trabalhadores despossuídos de qualquer propriedade, prontos a venderem sua força de trabalho e transformarem o dinheiro acumulado em capital.

Desse modo, se *a aurora da era da produção capitalista* foi marcada com *sangue e sujeira por todos os poros, da cabeça aos pés,* pela ação predadora do mercantilismo escravista, ela também tornou o trabalho escravo, assim como o trabalho servil do sistema feudal, econômica, social e politicamente ultrapassados. Os séculos 18 e 19 se vêem constrangidos a assistir, por isso, a uma tempestade de convulsões, guerras e revoluções, destinadas a consolidar a nova era de produção comandada pelo capital.

À guerra colonial franco-britânica, entre 1756 e 1763, seguem-se os crescentes conflitos das centenas de milhares de colonos britânicos contra o domínio colonial na América do Norte, que conduzem à guerra de independência, em 1776. A Revolução Francesa, em 1789,

foi o epicentro de um terremoto, que se expandiu através das guerras napoleônicas, entre 1792 e 1815, atingindo a Áustria, Bélgica, Holanda, Prússia, Espanha, Itália, Egito, Portugal, Polônia e Rússia, e desorganizando os impérios feudais e as monarquias absolutistas.

A partir de 1815, novas insurreições e vagas revolucionárias liberais, assim como reações absolutistas, varreram Portugal, Espanha, colônias espanholas da América do Sul, Brasil, Itália, Grécia, a Inglaterra, França, e Alemanha. Todas tendo como pano de fundo as transformações que a revolução industrial mecânica introduzia nos antigos processos produtivos, colocando em funcionamento fundições de aço, máquinas de fiar e tecer, assim como máquinas e veículos a vapor, transformando os antigos servos em trabalhadores assalariados, e fazendo o escravismo aparecer como uma excrescência, sem condições reais de sobreviver.

A nova ordem capitalista começava a mostrar, nitidamente, seu caráter mundial, impondo a todas as partes do globo suas leis de funcionamento, embora comandadas apenas por algumas poucas potências industriais. Apesar disso, o trabalho escravo continuou presente em várias nações que haviam conquistado sua independência política, a exemplo dos Estados Unidos e do Brasil. E sua transformação em trabalho assalariado continuava impensável para a aristocracia latifundiária desses países.

A resistência escravista

No Brasil, nos anos seguintes à instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, e à transformação dos latifundiários e dos traficantes de escravos na nova elite

monárquica, a ascensão do café elevou a riqueza e a ostentação da aristocracia escravista a alturas antes não alcançadas. Seus filhos não foram mais estudar no Porto e em Coimbra. A partir do café, a meca passou a ser Paris e Londres. Porcelanas, tecidos, perfumes, bebidas, móveis e toda gama de badulaques eram importados, tanto da Inglaterra, quanto da França, cujas nobrezas, apesar de manietadas pelo constitucionalismo, ou guilhotinadas pela revolução burguesa, representavam para a aristocracia cabocla o que havia de mais fino e charmoso.

A ociosidade ganhou foros de bom tom, e o estudo para bacharel era o máximo de esforço que se poderia permitir aos filhos das famílias de "homens de bem". Para passar o tempo, inventaram-se festas literárias nas residências (os saraus) e importaram-se companhias teatrais francesas. Pequenas cidades do interior construíram teatros onde, paradoxalmente, a nobreza latifundiária deleitava-se, assistindo a Moliére.

Entretanto, essa mesma ascensão representou o início da lenta agonia do escravismo no Brasil. A lavoura de café, como a da cana anteriormente, necessitava de uma numerosa mão-de-obra para desenvolver-se em escala, no sistema de grandes plantações. Nas primeiras décadas da expansão cafeeira, os latifundiários valeram-se dos excedentes de escravos que haviam sobrevivido ao trabalho nas minas, ou que estavam sobrando nas grandes plantações decadentes de cana. Valeu-se, também, do contrabando negreiro, enquanto os ingleses fingiam nada ver, e os altos preços proporcionados pelas exportações de café compensavam o encarecimento das peças escravas. Tudo isso lhes permitiu manter, por algum tempo, o fluxo de mão-de-obra para suas plantações.

Entretanto, as pressões mundiais aumentaram e a Inglaterra, também acicatada por seus próprios interesses industriais e comerciais, decidiu juntar-se à campanha humanitária contra o escravismo.O que foi considerado, pela classe senhorial escravista, uma verdadeira traição e declaração de guerra. Ela era responsável pela maior produção mundial do café. Desse modo, ajudava à burguesia européia, fazendo com que os proletários das nações industriais suportassem melhor, ao beber o *arábica*, a dureza da longa e penosa jornada de trabalho de então.

A repressão ao tráfico, realizada pela armada britânica, configurou para os senhores rurais um sério agravamento da crise de mão-de-obra. O aumento vegetativo da população escrava não acompanhava o ritmo de expansão da cafeicultura. Para complicar ainda mais essa situação, os escravos aproveitavam-se das disputas entre latifundiários, pela terra e pelo poder político, para fugir e criar quilombos, ou para rebelar-se em conjunto com setores pobres da população livre.

Entre os anos 1824 e 1850, em plena expansão cafeeira, além da Confederação do Equador, que propugnava a República, e a Guerra Cisplatina, que obrigou o império a conceder a independência ao Uruguai, explodiram a Guerra Farroupilha, no sul, a Sabinada, na Bahia, a Cabanagem de Alagoas, a Balaiada maranhense, a Cabanagem do Pará, e a Revolução Praieira, em Pernambuco, que obrigaram a monarquia a expandir a organização e a ação da Guarda Nacional. Com ela, as forças armadas latifundiárias passaram a constituir o principal sustentáculo para debelar as insurreições rurais.

Reforçada com suas vitórias contra aquelas revoltas, a resistência escravocrata dos latifundiários pareceu

imbatível. Ela também não foi abalada pelo movimento abolicionista, levado a cabo pelas insurreições e fugas dos escravos, nem pelas ações da burguesia e da pequena burguesia urbanas, estas relativamente fracas, e acomodadas com as migalhas que lhes sobravam dos lucros dos mercadores de escravos e da cultura cafeeira.

Aproveitando-se de sua consolidação no poder, os latifundiários fizeram com que o império decretasse uma Lei Agrária, em 1850, através da qual proibia os lavradores livres de se apossarem das terras devolutas, para manter intocado o monopólio sobre as terras. Mas, nesse mesmo ano, os latifundiários tiveram que se curvar ao poder do Império Britânico, e concordar com o fim do tráfico de escravos. Embora o contrabando negreiro ainda tenha reincidido por algum tempo, ele foi incapaz de mitigar a crise da força de trabalho necessária para continuar fazendo funcionar as plantações de café, cana, algodão e tabaco.

Contra vontade, os latifundiários viram-se obrigados a fazer outras concessões. Tiveram que permitir a vinda de trabalhadores livres migrantes da Europa, primeiro como *parceiros* e, depois, como *colonos*, embora durante bom tempo tenham tentado tratá-los como escravos. Viram-se, ainda, na contingência de aprovar leis, como a do ventre livre e a dos sexagenários, que causaram o decréscimo paulatino do número de escravos no país. Enquanto no início do século 19 existiam cerca de 3 milhões de escravos em todo o território brasileiro, em 1870 eles haviam caído para cerca de 1,5 milhão, apesar do avanço da agricultura.

Mesmo assim, continuaram resistindo. Em 1879, impuseram uma Lei de Serviços, pela qual os escravos li-

bertos deveriam permanecer nos municípios de residência e ter trabalho regular, sob pena de serem condenados a trabalhos forçados, nas terras de seus antigos senhores. Essa resistência apenas terminou por ser vencida quando a escassez de mão-de-obra, acentuada com a expansão do café pelo planalto paulista, tornou-se um impeditivo à produção. Em 1888, quando os latifundiários votaram pela abolição da escravatura, apenas 10% da população brasileira ainda viviam em escravidão.

De escravo a *agregado*

A incompatibilidade do regime de trabalho escravo ao lado de formas de trabalho livres, que foram se tornando predominantes com a importação de trabalhadores europeus, como colonos nas plantações cafeeiras, na segunda metade do século 19, ao mesmo tempo em que o tráfico negreiro tornava-se econômica e politicamente inviável, obrigou os latifundiários escravistas a tentarem resolver sua crise de mão-de-obra, aproveitando-se das relações de trabalho de *agregação.*

Esse tipo de relação de trabalho existia em alguns de seus domínios, ao lado do escravismo, desde os primórdios da colonização. Mas, na década de 1820, quando a lei das sesmarias foi abolida, e passou a vigir formalmente o direito consuetudinário - direito estabelecido pelos costumes - de posse da terra, a *agregação* se expandiu.

Pelo direito de posse, quem ocupasse a terra primeiro tinha o direito sobre ela. Na prática, porém, acima desse direito valia o da força. Foi com ela que os latifundiários ocuparam as terras livres e férteis do

planalto paulista, onde já se encontravam estabelecidos inúmeros pequenos lavradores. Estes foram simplesmente expulsos de suas posses, ou submetidos a um *regime de arrendamento*, em nada diferente da antiga agregação, predominante nas fazendas de gado.

Com a posterior expansão da cultura cafeeira, esse sistema ganhou impulso. Por volta de 1840, o senador Vergueiro, proprietário da fazenda Ibicaba, em São Paulo, havia proposto e levado à prática a adoção de um sistema de *parceria*, com trabalhadores imigrantes europeus. Este sistema, tanto em virtude da resistência dos latifundiários, quanto do próprio processo de exploração e opressão a que foram submetidos os imigrantes, sofreu um rude golpe com a revolta dos *parceiros*, em 1852. Apesar disso, por volta de 1870, os trabalhadores submetidos às diversas formas de *agregação (meação, arrendamento, parceria)* já correspondiam a quase a metade dos trabalhadores escravos ainda existentes.

Ao mesmo tempo, em virtude da revolta de Ibicaba, dos protestos dos demais imigrantes, e das pressões dos governos de seus países de origem, a parceria proposta por Vergueiro teve que ser modificada, evoluindo para o *sistema de colonato*. Neste, havia uma mistura de agregação e assalariamento. Na cafeicultura paulista, o escravismo foi sendo paulatinamente substituído por trabalhadores agregados e colonos de café. Ao lado deles, surgiu, ainda, uma camada diversificada de *camaradas* e *jornaleiros,* que se dedicavam ao trabalho avulso em troca de pagamentos em dinheiro. Estes trabalhadores, em geral, recusavam-se a trabalhar ao lado dos escravos, para não serem confundidos com eles, e evitar receberem tratamento idêntico.

Aumentaram, então, principalmente em São Paulo, as fazendas com predominância de colonos estrangeiros e trabalhadores agregados. Desse modo, foi sendo criada uma nova camada de latifundiários, que se diferenciava cada vez mais daqueles senhores com origem nas antigas sesmarias e no sistema escravista. Baseando a extração da renda fundiária no trabalho de moradores agregados ou de colonos, esses latifundiários eram beneficiados pela importação de trabalhadores estrangeiros, assim como pelas alforrias e outras formas de libertação gradativa, que transformavam os escravos em trabalhadores *livres*, pelo menos formalmente, para mudar de um latifúndio para outro.

Assim, quando a abolição foi proclamada, a crise de mão-de-obra para a cultura cafeeira estava praticamente resolvida. Somente uma parte dos latifundiários escravistas sofreu prejuízos reais. A maioria vinha se adaptando paulatinamente às novas formas de trabalho semi-servil. A abolição destruiu a velha forma legal da fazenda escravista, mas erigiu uma nova, tendo por base o antigo domínio dos latifúndios. A fazenda continuou como enclave de jurisdição particular, onde o latifundiário agia como dono, chefe de polícia, promotor e juiz, fazendo cumprir suas própria leis, com a ajuda de um batalhão de jagunços e pistoleiros, a maioria dos quais era constituída de agregados do próprio latifúndio.

Os novos latifundiários

A abolição liquidou os latifundiários escravistas, mas não aboliu a classe dos latifundiários. No topo da estrutura social brasileira continuaram os senhores de

terras, agora renovados e representados por uma nova casta de baronetes do café e fazendeiros de gado de leite, particularmente de São Paulo e Minas Gerais. A renda territorial continuou a sedimentar sua riqueza.

Perderam a renda territorial escravista, mas descobriram a renda territorial de tipo feudal, ou semi-feudal. E diversificaram-se: cafeicultores em São Paulo; fazendeiros em Minas; estancieiros no Rio Grande do Sul; usineiros no Rio, Bahia e litoral do Nordeste; castanheiros e seringalistas na Amazônia; fazendeiros no Nordeste e no Centro-Oeste, cacauicultores no sul da Bahia. *Capitães, majores e coronéis dos sertões,* todos esses segmentos representavam uma mesma classe, que sobreviveu ao escravismo e se manteve firme no domínio da sociedade, mesmo após a queda do Império.

É verdade que os novos latifundiários já não tinham o mesmo poder absoluto de seus ancestrais escravistas. Seus trabalhadores, *moradores agregados*, colonos ou rendeiros, não eram mais simples instrumentos de trabalho, sobre os quais podiam exercer o direito pleno de vida e morte. Eram pessoas *livres* que, teoricamente, podiam ir a qualquer lugar e servir a quem achassem melhor. Não eram servos da gleba, como no feudalismo europeu, embora estivessem submetidos a algumas práticas feudais conhecidas, como o *cambão*, aparentado da corvéia medieval, e a *meia*, a *terça* e o *foro*, que não eram senão o pagamento da renda-produto.

Além disso, a revolta de Canudos, na virada do século 19 para o século 20, ensinou, pelo menos a uma parte dos latifundiários, com as marcas profundas que deixou, que era preciso tratar seus agregados menos como escravos e mais como servos libertos. Obrigou-os

a adaptar-se aos tempos modernos, dando novos contornos ao tradicional paternalismo escravocrata. Levou-os a estender o compadrio a seus *moradores* e a criar novos sistemas de favores, para formar *clientelas* políticas, do mesmo modo que os *latifundiae* romanos, capazes de garantir seu domínio sobre a sociedade.

Entre o final do escravismo, em 1888, e a revolta liberal de 1930, o território brasileiro manteve-se dividido em áreas de domínio quase exclusivo de certas famílias da aristocracia rural. No Ceará, os sertões dos Inhamuns pertenciam à família Feitosa, enquanto a Ibiapaba era disputada pelos Mellos e Mourões. Na Bahia, a Chapada Diamantina pertencia aos Mattos, aos Seabra e aos Medrados, enquanto o *Coronel* Marcionilio de Souza dominava a região de Maracás. Em Minas, os Andradas e os Bias dominavam grandes extensões de terras e a política da província. Em São Paulo, eram os Sales, os Vergueiros, os Almeida Prados, e os Junqueiras que davam as cartas.

Em todas as províncias era a mesma coisa. Todas essas famílias latifundiárias, uns mais, outros menos, mantinham verdadeiros exércitos de jagunços, exércitos baratos e de fácil mobilização, constituídos pelos *agregados* ao latifúndio. O *coronel* Horácio de Mattos chegou a ter mais de 600 homens em armas, na luta contra os Seabras. Os estancieiros do Rio Grande do Sul mobilizaram milhares de vaqueiros e peões agregados durante a guerra Farroupilha e outras contendas regionais.

Assim, seja com suas próprias forças, seja com o auxílio do aparato militar do Estado, das províncias ou da República, em momento algum o monopólio da propriedade privada da terra se viu ameaçado seria-

mente após a abolição e o fim da monarquia. Apesar disso, a classe dos latifundiários já não detinha o poder de antes. Era cada vez mais obrigada a conviver com uma economia mercantil de novo tipo, e em expansão. Tinha que suportar as classes urbanas, que exigiam, sempre mais, novos e maiores direitos, e abrir espaço no poder para uma camada que ela própria criara, com a aplicação dos excedentes financeiros do café, a burguesia.

Afinal, a guerra quase mundial de 1914, reduzira a oferta de uma série de produtos industrias provenientes da Europa. Isto abriu, principalmente para os latifundiários do café, a oportunidade de obterem lucros com investimentos na indústria, substituindo importações. Assim, são os latifundiários que intensificam a introdução de novos meios de produção capitalista, além dos já implantados nos transportes pelos imperialistas ingleses, franceses e alemães.

Desse modo, as modificações que ocorriam na base da sociedade brasileira, em grande medida em virtude da expansão mundial e nacional do capitalismo, haviam transformado o latifúndio escravista em latifúndio de *agregação*, ao mesmo tempo em que a crise mundial do capitalismo os empurrou a impulsionar a indústria e o trabalho assalariado.

Por um lado, a agregação no trabalho produtivo rural lhes dava a impressão de que o domínio da classe latifundiária sobre o poder e a sociedade seria eterno. Por outro lado, essa transformação, associada à expansão capitalista, foi o primeiro sinal de que o poder dos latifundiários sobre a sociedade começava a ser minado e ameaçava sua existência como classe autônoma.

Menos de cem anos após o desaparecimento dos escravistas, a classe latifundiária seria obrigada a outra metamorfose para continuar usufruindo a renda fundiária e parcelas do poder, mas já como um setor secundário da burguesia.

Latifundiários, um setor da classe burguesa

O processo de extinção do escravismo e a manutenção da classe dos latifundiários, sob uma forma modificada, ocorreu no momento em que o capitalismo, nos países avançados, ingressou em sua fase monopolista e se expandiu como imperialismo. Tal expansão levou a burguesia daqueles países a investir capitais na construção de meios de transporte e de comunicação em regiões como o Brasil, de modo a garantir o suprimento de matérias primas minerais e agrícolas necessárias às suas indústrias e populações.

Estradas de ferro, construídas por capitais ingleses, cortaram o interior do Brasil. Os portos do Rio, de Santos e de outras capitais provinciais, foram modernizados. As cidades que constituíam praças de transbordo de mercadorias receberam benefícios da moderna civilização, como avenidas e ruas mais largas, iluminação pública, bondes, e algum tipo de saneamento básico.

Lutas de classes no século 20

As oligarquias rurais paulista e mineira, que passaram a deter o poder político após a queda de Floriano Peixoto, dirigiram todas essas modificações em seu próprio benefício. Assentadas no poderio do café e da pecuária, dedicaram-se a comandar o país como se fora sua fazenda. Mal se aperceberam de que a ampliação do comércio e a criação de setores industriais diversificavam socialmente a população e faziam surgir novas relações e novas aspirações.

Assim, quando o proletariado e as camadas médias, que começaram a desenvolver-se com maior intensidade ainda no período da República Velha, passaram a reivindicar direitos econômicos, sociais e políticos, a resposta das oligarquias dominantes foi tipicamente a dos senhores de engenho. Tratou-os como antes tratavam aos escravos. A placidez dos campos lhes dava tranqüilidade e força. Apesar de Canudos e do Contestado, a maior parte dos agregados dos latifúndios ainda estavam convencidos de viver pelo favor de Deus e do senhor das terras em que trabalhavam. E pouco ou nada faziam para mudar essa situação.

Desse modo, as populações urbanas em revolta viram-se quase sozinhas na luta contra o domínio dos proprietários territoriais. E quando, com a Coluna Prestes, serpentearam pelas áreas rurais, foram incapazes de incorporar seus moradores à luta e engrossar o movimento nacional por mudanças. Praticamente, todas as décadas de 1910 e 1920 assistiram à luta isolada das camadas democráticas emergentes nas cidades contra as oligarquias rurais. Mas, no final dos anos 1920, a crise econômica

mundial introduziria uma cisão entre os próprios latifundiários. Ao jogarem as cargas da crise sobre grande parte das demais oligarquias regionais e sobre os outras setores da sociedade, enquanto pretendiam continuar auferindo as vantagens, as oligarquias dominantes do café-com-leite isolaram-se e perderam a representatividade de sua classe.

As oligarquias descontentes, inclusive a de Minas, aliaram-se à burguesia e a setores da pequena burguesia na Aliança Liberal, causando uma recomposição de classes e a quebra do domínio absoluto da aristocracia agrária sobre o poder político. A burguesia e a pequena burguesia ocuparam espaços no Estado republicano, embora a pequena burguesia, representada principalmente pelo *tenentismo*, tenha sido logo expelida, enquanto a burguesia não mais se afastou dele.

Entretanto, esse rearranjo não atingiu os privilégios da classe dominante rural. Seu monopólio sobre a propriedade fundiária não só se manteve, como se ampliou. É verdade que o novo regime, resultante da insurreição liberal de 1930, liquidou com a autonomia mais ostensiva de certos latifundiários, comandantes de bandos de jagunços, como Horácio de Mattos. Mas latifundiários continuaram sendo boa parte dos ministros, dos parlamentares e dos chefes da burocracia estatal. E, tanto ou mais importante, o governo adotou medidas financeiras, entre as quais a redução de 50% das dívidas bancárias, de apoio aos setores da oligarquia rural em crise, inclusive aos cafeicultores.

Tudo isso fez crer, à classe dos latifundiários, que seu domínio continuaria. Os tremores do fim da escravidão, da proclamação da República, do governo Floriano,

das revoltas de Canudos e do Contestado, da eclosão das greves operárias de 1917, da marcha da Coluna Prestes, e da insurreição de 1930, pareceram reajustamentos passageiros. As relações assalariadas, vigentes nas grandes cidades, quase não haviam penetrado na couraça que protegia os latifundiários nas áreas rurais. Os meeiros, os terceiros, os rendeiros, os foreiros, enfim, os *moradores agregados*, continuavam submetidos ao mesmo regime de pagamento da renda territorial.

Mudanças pós-II Guerra Mundial

A substituição dos ingleses pelos norte-americanos, como principais compradores de café e de outros produtos agrícolas, pouco alterou a situação do Brasil como exportador de matérias primas, durante os anos 1930 e 1940, apesar da implantação de alguns grandes projetos industriais. Desse modo, após a II Guerra Mundial, quando os monopólios internacionais mudaram seu padrão de relacionamento com os países dependentes, passando a exportar maior volume de capitais para a instalação e operação de complexos industriais nos países da periferia, como o Brasil, os latifundiários continuaram acreditando que nada de novo poderia lhes acontecer.

Afinal, eles haviam contribuído com capitais para o início da industrialização brasileira. E o empresariado industrial paulista, o maior do país, ao apoiar sua insurreição contra Vargas, em 1932, chamada de *constitucionalista,* dera uma demonstração cabal de que a indústria brasileira não precisava liquidar os latifúndios para desenvolver-se.

Nos anos 1950, os latifundiários dominavam mais

de 80% de todas as terras ocupadas do país, muito mais do que haviam dominado no passado. E nos campos encontravam-se 64% da população.

Entretanto, a partir da segunda metade dos anos 1950, o capital monopolista estrangeiro passou a investir maciçamente no Brasil. Os meios de produção, implantados pelas multinacionais capitalistas, criaram exigências de novo tipo para a agricultura brasileira. Esta viu-se obrigada não só a aumentar a produção de alimentos e de matérias primas agrícolas para a indústria e a população urbanas, como também a liberar crescentes contingentes de mão-de-obra a ser empregada naquela mesma indústria.

Como o maior estoque de força de trabalho do país, na ocasião, estava nas zonas rurais, era de lá que as novas indústrias atraiam levas e levas de agregados, e também de pequenos proprietários, especialmente do Nordeste. Mas esse afluxo não era suficiente para atender á expansão imposta pela economia capitalista. Com o aumento da demanda de produtos agrícolas, boa parte da força de trabalho das zonas rurais antigas libertava-se, não para ir para as cidades, mas sim para as zonas de terras devolutas, ou *fronteiras agrícolas*, alcançadas mais facilmente com a abertura de novas estradas, especialmente para o Centro-Oeste e para o Norte.

Por outro lado, os latifundiários usavam de inúmeras artimanhas, como as *dívidas*, que moradores ou agregados haviam assumido pelo *fornecimento* de ferramentas, querosene, sal e gêneros, indispensáveis para se sustentarem entre o plantio e a próxima safra. Tais dívidas eram pagas, acrescidas de juros, com parte da safra colhida. Assim, além de pagarem a meia ou a terça

parte da produção, pelo *direito* de trabalhar nas terras dos latifúndios, os camponeses ainda tinham que entregar boa parte do que lhes restava, como pagamento do *fornecimento* recebido. Em muitos casos, as famílias camponesas entregavam tudo, e ainda ficavam devendo para a próxima safra. Esta era uma forma segura e *legal de* manter no redil rural a mão-de-obra barata que servia ao latifúndio, embora a coação também fosse comum.

A liberação da força de trabalho necessitada pela indústria, nos moldes *naturais* em que estava ocorrendo, tornava-se lenta e cara. O capitalismo, para obter altas taxas de lucros, precisava de uma mão-de-obra abundante e barata que, na concorrência entre si, baixasse ainda mais seu valor, o que não estava acontecendo. No final dos anos 1950, a ação ineficaz do mercado para resolver essa questão, conjugada a outros fatores, como as fronteiras agrícolas e o baixo nível de educação da força de trabalho, levou a uma crise de mão-de-obra na indústria. Para romper esse impasse da economia brasileira, a burguesia conseguiu que o governo estendesse as leis trabalhistas ao campo, colocando os latifundiários diante de uma situação inesperada.

Por um lado, essa medida coincidia com as reivindicações de um movimento real, popular e democrático, pela extensão dos direitos civis ao campo, movimento que visava, acima de tudo, democratizar a propriedade da terra. Por outro lado, a democratização da propriedade fundiária era completamente estranha aos interesses do capital, em especial do capital estrangeiro, que imprimia sua marca à industrialização do país. Para as burguesias estrangeira e nacional, a introdução das leis trabalhistas nas zonas rurais tinha apenas o intuito de criar um exér-

cito industrial de vulto, liberando o estoque de força de trabalho, abundante e barato, que se encontrava retida nos latifúndios, através de métodos extra-econômicos, como o paternalismo, as dívidas, a coação etc.

Aquelas burguesias não tinham interesse algum que a liberação da força de trabalho rural permitisse o acesso à propriedade privada dos meios de produção, em especial à terra. Se isso ocorresse, através de uma reforma agrária, ou de um estímulo maior à posse nas zonas de terras devolutas, a maior parte do campesinato permaneceria no campo, ao invés de ir para as cidades em busca de ocupações industriais. O Brasil possuía uma população relativamente pequena em relação à extensão de seus solos agrícolas, grande parte dos quais era de propriedade pública da União. Isso permitiria assentar facilmente, nas fronteiras agrícolas, a maior parte dos camponeses não-proprietários, o que representava um perigo para a existência de uma força de trabalho industrial barata.

Em vista disso, a liberação da força de trabalho agrícola, para servir à indústria, teria que ser feita com a manutenção do latifúndio. Os latifundiários teriam que liberar os moradores agregados mas, ao mesmo tempo, manterem o latifúndio, para evitar que os trabalhadores libertos se tornassem pequenos proprietários agrícolas. Entretanto, manter os latifúndios, retirando-lhes os trabalhadores que geravam a renda territorial, e propiciavam a vida ociosa ou semi-ociosa dos senhores de terras, poderia causar uma cisão irreparável entre as classes no poder, e colocar em perigo, ainda por cima, o papel destinado à agricultura no processo de industrialização.

A modernização do latifúndio

O caminho deveria ser, então, a manutenção do latifúndio, mas sob nova forma. *Era necessário modernizá-lo, fazendo-o aderir aos métodos capitalistas*. "Temos aqui uma agricultura de subsistência e precisamos transformá-la numa agricultura de mercado", disse mais tarde o então ministro da agricultura do governo Geisel, Alysson Paulinelli. Ao lado disso, tornava-se imprescindível dividir as terras devolutas em grandes latifúndios, como advogava, em 1970, um relatório do ministério do interior sobre a situação fundiária: "as grandes áreas desocupadas devem ser dadas às grandes empresas para impedir que sejam ocupadas pelo marginal".

Desse modo, classificando o camponês como *marginal*, a burguesia comandou todo o processo de mudanças, objetivando criar, paralelamente, seu mercado de trabalho industrial, e uma agricultura moderna que garantisse o suprimento de matérias primas agrícolas. Ela, juntamente com os latifundiários, apavorados com as ameaças de *reforma agrária*, *na lei ou na marra,* organizou e dirigiu o golpe militar de 1964, para impedir qualquer espécie de parcelamento agrário. Logo depois, porém, fez decretar o Estatuto da Terra. Além disso, apoiou a adoção de medidas de ordem financeira e fiscal, que conduziram a um esforço combinado de *modernização dos latifúndios*, ou *capitalização dos latifundiários*, e também de *territorialização* ou *latifundização* de importantes empresas industriais.

Através da possibilidade legal de desapropriar terras e aprovar projetos de colonização, o regime militar procurava, por um lado, esvaziar as áreas de conflito

fundiário e, por outro, canalizar o processo de ocupação das fronteiras agrícolas através de métodos capitalistas. Mas os latifundiários, que contribuíram ativamente para a derrota do movimento popular e democrático em 1964, sentiram-se traídos. A Sociedade Rural Brasileira chegou a publicar ameaças explícitas aos militares, afirmando que 'a agricultura' tinha sido "a primeira vítima da orientação do governo, após a revolução que ela ajudou a fazer".

Os latifundiários também insurgiram-se contra a delimitação de áreas prioritárias de reforma agrária, prevista no Ato Institucional nº. 9 (AI-9), e contra o Proterra. Seus ranços e preconceitos pré-capitalistas os impediam de compreender que essas medidas, do mesmo modo que os incentivos fiscais, os empréstimos a juros subsidiados e outras facilidades que lhes eram oferecidas, tinham por finalidade capitalizá-los, transformá-los em capitalistas agrários. Eles só se deram conta de que o Estatuto da Terra não tinha por finalidade realizar a reforma agrária, mas sim remover os obstáculos para o desenvolvimento industrial, através de um latifúndio capitalista, quando as compras e grilagens de terras passaram a ser incentivadas, através da renuncia fiscal do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e do Imposto de Renda, das empresas e empresários urbanos.

Os investimentos das empresas capitalistas nas áreas rurais obtinham crédito subsidiado para desmatamento de novas terras e plantio de pastagens, criação de gado, florestamento de espécies industriais, replantio de espécies mais produtivas em culturas antigas, aquisição de máquinas e insumos modernos (sementes melhoradas, fertilizantes, inseticidas etc). Ou mesmo para man-

ter as terras como reserva de valor e impedir o acesso de pequenos lavradores a elas. Estes instrumentos de modernização agropecuária, através do crédito subsidiado, propiciaram aos capitalistas urbanos e aos latifundiários o acesso a grandes somas de recursos financeiros, a juros baixos, e a grandes extensões territoriais.

Além disso, o regime colocou à disposição dos latifundiários e novos capitalistas agrários um vasto pacote de instrumentos de assistência técnica e extensão rural, pesquisas agrícolas e pecuárias, e novos cursos de formação agronômica e veterinária. Tal pacote não era baseado na lógica da produção monocultora em grandes extensões de terra, mas na lógica do aumento da produção e da produtividade, com a utilização de máquinas, equipamentos e insumos, que reduzissem em escala a necessidade de mão-de-obra na agricultura.

É evidente que isso representou, ao mesmo tempo, a formação de um mercado para máquinas e equipamentos agrícolas, estimulando o desenvolvimento desse setor industrial. Mas o fato mais significativo é que bilhões e bilhões de cruzeiros (a moeda da ocasião) foram literalmente enfiados goela abaixo dos latifundiários, para torná-los capitalistas. O Banco do Brasil financiou todo esse processo, transformando-se no maior banco agrário do mundo. Como resultado, entre 1967 e 1974, o consumo de fertilizantes aumentou em cinco vezes, e o número de tratores em 11 vezes. A produção cresceu a uma taxa média anual de 6%, e o preço das terras subiu mais de 10 vezes.

Ao mesmo tempo, milhões de camponeses foram literalmente expropriados, pacífica ou violentamente, por métodos econômicos ou extra-econômicos, das terras que ocupavam como parceiros, rendeiros, pequenos

proprietários ou outras modalidades de pequena agricultura. No período entre 1970 e 1980, o número de assalariados permanentes e temporários na agricultura subiu para 6 milhões, enquanto outros 6 a 8 milhões tiveram que buscar trabalho e moradia nas cidades. Calcula-se que no período que vai de 1960 a 2000, mais de 30 milhões de camponeses migraram das zonas rurais para as cidades. Enquanto a população urbana passou de 36% para 82%, a população rural caiu de 64% para 18%.

Na Associação dos Empresários da Amazônia passaram a encontrar-se, lado a lado, latifundiários da velha estirpe, como os Lunardelli, os Pereira de Queiroz e os Miranda, ao lado de grupos capitalistas nacionais e estrangeiros, como Camargo Corrêa, Sílvio Santos, Villares, Volkswagem e Liquifarm. Todos, empresários capitalistas do setor agrário, proprietários de latifúndios de denominações tão prosaicas quanto Agropecuária Tamakavi, Arrosensal, Rio Jabuti, Rio Cristalino, Suiá Missu etc.

Esse duplo movimento, de aburguesamento dos latifundiários de velho tipo, e de territorialização de grandes e médios capitalistas, transformou grande parte dos senhores de terras num novo setor da classe burguesa, no seu setor agrário capitalista. Numa transformação de cima para baixo, tendo como principal instrumento o Estado militar instaurado em 1964, a burguesia capitalizou e modernizou os latifundiários, ou a maior parte deles, colocando-os a serviço da acumulação crescente do capital.

Essa transformação não foi completa. Quase 60 mil propriedades agrárias, ocupando mais de 120 milhões de hectares, são consideradas *improdutivas*, mesmo por critérios brandos de medição da produção e produtividades

agrícolas. Ainda podem ser detectados grandes bolsões não modernizados em várias regiões do país. Apesar do fácil acesso ao crédito barato durante vários anos, muitos latifundiários mantiveram seus antigos métodos e formas de exploração. Mesmo em latifúndios *modernos* são utilizadas, em suas relações internas, formas de parcerias e arrendamento pré-capitalistas, ao mesmo tempo em que são empregadas formas de *escravidão branca*. Os peões, posseiros, pequenos proprietários e outros tipos de trabalhadores rurais, assassinados pelos pistoleiros da Codeara, da Indeco, dos Mutram e de outras fazendas e empresas agropecuárias, enchem as páginas sem conta de uma parte da história que ainda foi pouco desvendada aos brasileiros.

De qualquer modo, embora nem todos os latifundiários, que se locupletaram com os recursos da modernização dos latifúndios, tenham se transformado em capitalistas agrários, houve uma profunda mudança na posição social e política deles, como classe. Um ex-presidente da Associação Brasileira de Criadores de Zebu resumiu esse processo ao dizer que "os agricultores perderam o poder político e o poder de definir sobre seu destino". Esse poder passou para as mãos da burguesia.

No presente, uma parte significativa dos latifundiários é constituída de empresários agrícolas, com escritórios nas principais cidades. Eles participam de todo o processo de reprodução e circulação do capital, muitos deles sendo acionistas de grandes empresas comerciais, financeiras e industriais. Algumas dessas empresas possuem verdadeiras sesmarias ou fazendas de grande porte, tornando-se a grande vedete atual dos campos brasileiros, nomeada e reconhecida como *agronegócio*.

Agronegócio, pequenos produtores e latifundiários

Ainda hoje se ensina, em muitas escolas, que a história econômica do Brasil percorreu, entre 1530 e 1930, três ciclos produtivos monocultores: o da cana, o das minas de ouro e diamantes, e o do café. No meio deles, localizadas regionalmente, teriam ocorrido os ciclos do algodão, no Nordeste, o extrativista da borracha, na Amazônia, o do cacau, no sul da Bahia, e o da erva-mate, no Sudoeste.

É verdade que esses *ciclos* produtivos foram tão vastos e intensos, que pareceram tudo dominar, ao lado deles nada mais parecendo existir. A imagem de *ciclo* parece querer mostrar, assim, que uma monocultura cede lugar a outra, mas a monocultura em si continua impávida. Talvez, por isso, ainda hoje esteja presente a idéia de que o Brasil é um país de grandes "monoculturas". O interessante nessa análise é que a pecuária, provavelmente o *ciclo monocultor* historicamente mais prolongado e mais extensivo, em geral não é considerado como tal.

Mudanças na monocultura

De qualquer modo, não precisamos ir muito longe no tempo para nos depararmos com mudanças significativas na agricultura brasileira. Na primeira metade do século 20, o café e o açúcar da cana continuavam sendo os principais produtos de origem agrícola, ou *monoculturas comerciais*, os demais sendo apenas considerados "produtos de subsistência". Naquela época, dos 120 milhões de hectares apropriados por dois milhões de grandes, médios e pequenos proprietários rurais, apenas 20 milhões de hectares eram cultivados, enquanto mais de 40 milhões eram dedicados à pecuária extensiva.

Naquelas duas *monoculturas comerciais* predominavam, em grande medida, relações de trabalho pré-capitalistas e tecnologias agro-industriais atrasadas. O latifúndio permanecia sendo a casa e a cozinha da agricultura. Uns 20 mil grandes latifundiários, ou um por cento do total de proprietários, detinham o principal papel na produção agrícola, e eram absolutos na pecuária. Porém, a partir dos anos 1950, o crescimento da população, a intensificação da industrialização, e as mudanças que começaram a ser introduzidas na agricultura, empurraram as fronteiras agrícolas.

A área apropriada chegou a cerca de 250 milhões de hectares, nos anos 1960. A área plantada foi expandida para mais de 30 milhões de hectares, e o número de proprietários para 3,5 milhões. Entre 1970 e 1996, com o aprofundamento da modernização dos latifúndios, a área apropriada saltou para 360 milhões de hectares. As áreas de lavoura chegaram a cerca de 60 a 70 milhões de hectares, embora as estatísticas a respeito sejam sempre

postas em dúvida. E o número de estabelecimentos, que havia chegado a 5,8 milhões em 1985, caiu para 4,9 milhões em 1996.

As áreas cultivadas comercialmente diversificaram-se, tanto com a incorporação de novas culturas, a exemplo dos cultivos de cítricos, soja, e trigo quanto com a ampliação de plantios antes limitados à subsistência, como milho, mandioca, amendoim, arroz e fumo. Elas também *migraram*, abandonando antigas áreas geográficas e ocupando novas, como os cerrados do centro-oeste e a fralda sul da Amazônia. O café abandonou grande parte das terras roxas paulistas e paranaenses, e mudou para novas terras em outros estados, enquanto a cana se implantou seguramente em São Paulo e em Mato Grosso do Sul.

As pequenas explorações agrícolas, menores do que 10 hectares, permaneceram concentradas no Nordeste e na Amazônia, e ainda mantiveram alguma importância nas áreas pobres de São Paulo (Vale do Ribeira) e do Noroeste do Rio de Janeiro. Nessas microrregiões, elas constituem mais de 70% do total das propriedades, enquanto em estados como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Bahia, elas representam cerca de 33%. Em termos gerais, elas representam cerca de 38% do total das propriedades agrárias do país, enquanto as propriedades entre 10 e 100 hectares representam 42%, e as propriedades com áreas maiores do que 100 hectares são 20%.

Aparentemente, há um certo equilíbrio entre os tipos pequenos, médios e grandes de propriedades rurais. Na realidade, porém, essa relação não exprime adequadamente a situação agrária do país. Mesmo nas regiões em que as grandes propriedades são apenas 5%

a 13% do total, elas conseguem ter uma área total igual ou superior à ocupada por todas as pequenas e médias. As grandes propriedades latifundiárias ocupam quase todos os 200 milhões de hectares de pastos e uma parcela significativa dos quase 70 milhões de hectares de cultivos. Em outras palavras, 20% das propriedades, com áreas acima de 100 hectares, têm domínio sobre mais de 70% das terras ocupadas.

Assim, pode-se afirmar que o Brasil é um país de grande concentração fundiária. Porém, não necessariamente, um país monocultor. Embora seu território seja pontilhado por grandes plantações de café, cana, soja, eucaliptos e cítricos, o país tornou-se amplamente policultor. Cacau, amendoim, mandioca, milho, arroz, trigo, banana, algodão, juta, fumo, pimenta do reino e uma série de outros produtos agrícolas, incluindo os hortícolas, são produzidos em escala comercial.

A novidade do *agronegócio*

A agricultura brasileira produz, atualmente, cerca de 24 milhões de toneladas de café, 470 milhões de toneladas de cana de açúcar, 24 milhões de toneladas de soja, 26 milhões de toneladas de milho, 11 milhões de toneladas de arroz, 3,3 milhões de toneladas de feijão, 24 milhões de toneladas de mandioca, 2,5 milhões de toneladas de trigo, 3,7 milhões de toneladas de algodão, 20 milhões de toneladas de frutos cítricos, além de forte presença na produção de pimenta-do-reino, juta, fumo, banana, amendoim e cacau.

205 milhões de bovinos são alimentados com gramíneas e leguminosas. Além dos bovinos, a pecuária

brasileira possui 1,1 milhão de bubalinos, 15 milhões de ovinos, 10 milhões de caprinos, 6 milhões de eqüinos, 1,2 milhão de asininos ("jumentos") e 1,4 milhão de muares (mulas, híbridos de asininos e eqüinos, muito resistentes para o trabalho agrícola).

O Brasil produz anualmente mais de 20 milhões de toneladas de leite, 18 milhões de toneladas de álcool, 30 milhões de toneladas de açúcar e 500 milhões de frangos e 8 milhões de toneladas de carne bovina. A produção anual de madeira de eucaliptos e pinus plantados, em grande parte para a indústria de papel e celulose, é de 13,0 milhões de toneladas. Em termos globais, a agricultura brasileira contribui com 31% da produção mundial de café, 28% da de cana, 23% da de soja e 32% da de cítricos.

Grande parte dessa produção brasileira provém de 400 mil empresários médios e grandes, que desenvolvem culturas agrícolas, pecuárias e silvícolas comerciais. Eles se caracterizam pela utilização intensiva de insumos modernos e tecnologias de ponta, e por serem muito ativos no comércio nacional e internacional dos produtos agropecuários e florestais. Esse setor da agricultura brasileira passou a ser conhecido como *agronegócio*, ocupando cerca de 165 milhões de hectares, e empregando 2,5 milhões de trabalhadores assalariados.

Com extensões quase sempre superiores a 500 hectares, seja nos campos do sul, nas terras roxas do sudeste e nas terras planas dos cerrados do centro-oeste e do norte, seja nos antigos solos de massapé do nordeste e nas manchas de terras férteis da Amazônia, esse setor utiliza mais de 900 mil tratores e colheitadeiras na mecanização de todas as etapas da produção, assim como realiza a pulverização aérea e a irrigação.

A modernização da produção agrícola, integrada a um setor industrial tecnologicamente avançado, formado por empresas capitalistas e cooperativas, exporta de forma competitiva para o mundo. O *agronegócio* brasileiro lidera as vendas mundiais de café, banana, mandioca e açúcar de cana, está em segundo lugar na exportação de laranja e cacau, em terceiro na de milho, soja e arroz, e entre os dez maiores na de amendoim, fumo e algodão.

O capitalismo agrícola brasileiro, o *agronegócio*, introduziu mudanças importantes no processo produtivo, com a participação decisiva do Estado militar que, em 1972, criou a Embrapa, para inventariar as tecnologias agronômicas, analisar os projetos prioritários e gerar tecnologias para "os pequenos e médios produtores". Através da Embrapa, assim como do Instituto Agronômico de Campinas e de vários outros centros regionais de pesquisa e experimentação agronômica, o Estado brasileiro desenvolveu pesquisas intensivas, nas áreas de recursos genéticos e biotecnologia, para criar novos cultivares, inclusive transgênicos, e melhorar as técnicas de plantio, trato e colheita das culturas de trigo, arroz, feijão, gado de corte, seringueiras, café, cana, soja, hortaliças etc.

O *agronegócio* desenvolveu-se, portanto, tendo como suporte uma infra-estrutura tecnológica avançada. Assim, no caso do café, pode realizar um intenso processo de substituição das lavouras e de introdução de novos cultivares e métodos avançados de cultivo e colheita, com uma melhora substancial nos grãos produzidos. A produção hoje está concentrada em seis estados: Minas Gerais (45%), Espírito Santo (25,4%), São Paulo (9%), Bahia (6,5%), Rondônia (5,5%), e Paraná (4,4%). Quase ¾ da sua produção é de café arábica, e o restante

da variedade robusta (conillon). Em 2005, produziu 39 milhões de sacas de 60 quilos e, em 2006, 40,6 milhões. Também é o maior exportador mundial, tendo vendido 23,8 milhões de sacas, em 2005, e 26 milhões, em 2006.

Principais produtos do *agronegócio*

No caso da cana, a organização da produção ainda guarda algumas das características do período colonial. Todas as usinas possuem plantações, mas existem inúmeros plantadores que são apenas fornecedores de cana. Fora isso, é possível encontrar grandes latifúndios, que se tornaram produções capitalistas, enquanto também é possível encontrar latifundiários e médios proprietários, que se tornaram rentistas, arrendando seu solo para capitalistas sem-terra.

Ao contrário do período colonial, o trabalho nas plantações e nas usinas é todo ele realizado por força de trabalho assalariada, embora subsistam casos de utilização de meios coercitivos de semi-escravidão, em especial na contratação dos antigos *bóias-frias*, no período da colheita. No entanto, o desenvolvimento técnico das plantações e das usinas tornou esse setor um dos mais mecanizados e industrializados do *agronegócio.*

As condições de mecanização completa da produção da cana já existem, e a legislação ambiental estabeleceu prazo para isso. Em São Paulo, onde se concentra a maior produção, a colheita mecanizada atinge mais de 50% das plantações. Nessas condições, as queimadas da palha, que antecedem a colheita e ainda causam inúmeros problemas para as populações urbanas das áreas dos canaviais, devem desaparecer, embora isso crie pro-

blemas de emprego e renda para milhares de pequenos proprietários rurais e trabalhadores despossuidos, que se deslocavam para a colheita manual.

As pesquisas agronômicas também introduziram melhorias significativas na produtividade da gramínea, permitindo aumentar sua produção sem aumentar a área agrícola plantada. Em 2006, numa área plantada de 6,16 milhões de hectares, os canaviais produziram 474,8 milhões de toneladas, a maior do mundo, com uma produtividade média de 71,8 toneladas.

A introdução de novas tecnologias nas usinas permite que elas produzam, ao mesmo tempo, açúcar e álcool, numa proporção de 55% de açúcar e 45% de álcool.

Além disso, hoje em dia as usinas passaram a transformar uma parte do bagaço em fertilizantes, e a utilizar o restante como combustível de geradores elétricos. Com isso, muitas usinas produzem toda a energia que necessitam, e ainda jogam a parte excedente nas linhas de transmissão, que alimentam cidades e outras indústrias. Houve ainda avanço nas técnicas de transformação do vinhoto em fertilizante, evitando os perigos ambientais desse subproduto da produção, embora nem todas as usinas tenham implementado essa mudança.

Com uma produção média anual superior a 30,2 milhões de toneladas de açúcar de cana, os produtores brasileiros são os maiores exportadores mundiais dessa *commodity*. Em 2006, venderam cerca de 20 milhões de toneladas, ou 30% do açúcar consumido no mundo. Eles também são os maiores produtores mundiais de álcool de cana (17,4 bilhões de litros, em 2006), mas exportaram apenas 1 bilhão de litros, em virtude do forte consumo interno. A parte menor desse consumo interno é

realizada pelos fabricantes de remédios, alimentos, perfumes e cosméticos. A parte maior é transformada em etanol, seja hidratado, para a mistura à gasolina (álcool hidratado), seja em álcool anidro, empregado como combustível puro. Os planos de expansão das usinas prevêem a elevação da produção de álcool para etanol, até 2010, para mais de 20 bilhões de litros.

No caso da soja, ela foi introduzida no Brasil já com um elevado nível tecnológico de plantio, tratos culturais e colheita, aproveitando as pesquisas da Embrapa para a utilização das terras ácidas dos Cerrados. Atualmente ela é plantada no Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Bahia, Piauí e Maranhão. Sua produção anual, de forma totalmente mecanizada, alcançou, em 2006, mais de 24 milhões de toneladas, das quais 15 milhões de toneladas foram exportadas.

O *agronegócio* das frutas cítricas, tendo s laranja como carro chefe, tornou o Brasil o maior produtor mundial. Numa área plantada de 900 mil hectares, principalmente em São Paulo, Sergipe e Bahia, o país produz 32% do total mundial, ou cerca de 20 milhões de toneladas. Porém, ao contrário da Espanha e dos Estados Unidos, que são maiores exportadores de frutas *in natura*, o *agronegócio* brasileiro se notabilizou por ser responsável por 80% das exportações mundiais de sucos cítricos concentrados e derivados, como a menta.

No caso de madeiras para a produção industrial de celulose e papel, hoje existem no Brasil 220 empresas, espalhadas por 450 municípios, em 17 estados, com 5,5 milhões de hectares de florestas plantadas de eucalipto e pinus. Com um total de 110 mil trabalhadores empre-

gados, dos quais 65 mil nas indústrias, essas empresas produzem cerca de 11,0 milhões de toneladas de celulose e 9,0 milhões de toneladas de papel, das quais são exportadas 6,5 milhões de toneladas de celulose e 2,0 milhões de toneladas de papel. Diante de uma demanda interna e externa crescente, o processo de fusão e concentração das empresas do setor tem aumentado, assim como os investimentos para a ampliação da produção.

Em relação ao cacau, o Brasil era, até os anos 90, o segundo maior produtor mundial, com 300 mil toneladas anuais, exportando mais de US$ 1 bilhão por ano. A destruição de seus cacauais pela *vassoura de bruxa* somente agora está sendo superada. Em 2005, a produção atingiu cerca de 350 mil toneladas, da quais 90% foram exportadas para a Europa e para os Estados Unidos.

As modernas fazendas de gado de corte trabalham com rebanhos de elevada qualidade genética e grande domínio técnico em sanidade, reprodução, manejo e nutrição. O setor brasileiro de abate de carne de boi produziu, em 2005, oito milhões de toneladas, dos quais seis milhões para consumo interno, e dois milhões para exportação. As receitas com as exportações atingiram US$ 3,15 bilhões, apesar dos problemas causados pelos focos de aftosa. Incluindo o mercado interno, essas receitas chegaram a US$ 10 bilhões. A atual capacidade instalada do setor permite produzir 14 milhões de toneladas de carne, sendo 5 milhões para o mercado externo, o que pode colocar o Brasil como o principal fornecedor global do produto. A Rússia e a União Européia são os maiores compradores.

Além disso, o Brasil se tornou o maior exportador de couro do mundo. Disputando com os EUA o primei-

ro lugar no comércio mundial do produto, o Brasil vendeu 2,846 milhões de toneladas, em 2005, de um total produzido de 9,2 milhões de toneladas. Tem tecnologia e capacidade instalada de produção, abate e industrialização para produzir e exportar o dobro.

Em termos globais, o setor do *agronegócio* exportou US$ 40 bilhões, em 2005, um terço do total exportado pelo Brasil. Estima-se que, nesse ano, essa cadeia produtiva respondeu por 31% do PIB brasileiro. A safra de grãos de 2006 atingiu mais de 130 milhões de toneladas, das quais 59 milhões de toneladas de soja e 43 milhões de toneladas de milho.

O problema desses números é que eles creditam apenas ao *agronegócio* a produção de vários produtos que também são produzidos por pequenas e médias propriedades. Enquanto estas empregam 78% da mão-de-obra ativa no campo, o agronegócio emprega apenas 4%. Além disso, em 2006, a participação das pequenas e médias produções agrícolas no PIB agropecuário foi o dobro da participação do *agronegócio*. As propriedades menores do que 100 hectares foram as responsáveis por 85% da produção de suínos, 86% das aves, 83% dos ovos, e mais de 60% da produção do arroz e do feijão produzidos, responsabilizando-se, portanto, pelo abastecimento do mercado interno. A situação se inverte quando se trata da soja, cana, café e eucalipto, cujas produções são realizadas predominantemente pelo *agronegócio*, enquanto em relação ao milho há uma divisão mais equilibrada.

Na pecuária, em que a participação das pequenas e médias propriedades é insignificante, o problema reside na desproporção entre o número de cabeças de bovinos (205 milhões) e a área de pastagens, com cerca de

200 milhões de hectares. Ou seja, há pouco mais de um animal por hectare, um indicador de que a maior parte da pecuária ainda se encontra sob o domínio da criação extensiva dos latifúndios, nos quais a área de pastagens naturais, nem sempre de alto valor nutritivo, é superior 120 milhões de hectares.

Por outro lado, a Confederação Nacional na Agricultura (CNA) calcula que a agricultura brasileira tem uma dívida agrícola, considerando todas as linhas de crédito, superior a 130 bilhões de reais, o equivalente a 24% do PIB do *agronegócio*, de 2006. Ela se queixa de que essa divida resulta de mudanças nas regras de crédito, sucessivos planos econômicos, e transferência de recursos para outros setores da economia, especialmente para o setor financeiro, através das taxas de juros, serviços e gastos com rolagem da dívida.

Essa situação é mais um indicador de que o latifúndio foi modernizado de forma incompleta, fazendo com que a agricultura enfrente entraves internos que não lhe permitem elevar a produtividade da terra e do trabalho à altura do necessário. Nessas condições, obrigada a enfrentar por conta e risco a competição inter-capitalista, a burguesia agrícola se vê diante da necessidade de, não só apropriar-se artificialmente do conjunto da produção agropecuária, para demonstrar a eficiência do seu *agronegócio*, como também assumir o pesadelo do endividamento do latifúndio improdutivo.

Por sorte, o *agronegócio* tem conseguido manter-se relativamente imune à luta de seus 2,5 milhões de assalariados. Pressionados pela existência, como exército de trabalho de reserva, de 3 a 4 milhões de trabalhadores sem-terra, além de alguns milhões de desempregados

nas cidades, o problema central dos assalariados do *agronegócio* tem consistido em manter seus empregos. Afora isso, eles se vêem diante de uma legislação sindical que os direciona a sindicalizar-se nos sindicatos de trabalhadores rurais, constituídos fundamentalmente de pequenos agricultores donos de seus meios de produção, cujas reivindicações e aspirações não só são diferentes, como conflituosas em vários aspectos.

Latifundiários e poder político

O estabelecimento da propriedade da terra no território, que depois veio a se chamar Brasil, coincide com a instauração do poder político no solo a ser colonizado. Os primeiros e principais latifundiários, os *donatários*, foram a própria representação da monarquia portuguesa, o poder político vigente na ocasião.

Calcados em sua tradição feudal, os donatários procuraram exercer essa dominação política em função de seus próprios interesses. Isto, porém, entrava em contradição com os interesses da monarquia da metrópole que, aliada à burguesia mercantil, incentivava o *mercantilismo* e impunha o mais completo monopólio sobre os empreendimentos comerciais e coloniais. Esse tipo de contradição, além das dificuldades encontradas pelos donatários para exercer o domínio sobre o território, conduziu à criação de um aparato estatal capaz de garantir os plenos interesses da Coroa lusitana na nova colônia.

Aparato estatal do monopólio colonial

Com a criação do Governo Geral para o Brasil, a monarquia lusa estabeleceu um poder político separado e acima dos elementos dispersos de uma sociedade que ainda não se formara. Entretanto, esses elementos dispersos, constituídos principalmente pelos latifundiários, aglutinaram-se pouco a pouco, num processo complexo, que lembra as disputas entre os senhores de terras durante o período feudal da história de qualquer país que o atravessou. As famílias latifundiárias instaladas no Brasil travaram, durante alguns séculos, guerras intensas entre si, que as conduziu, em alguns casos, ao extermínio. O que aconteceu, ainda nos anos 1980, entre as famílias Alencar e Sampaio, em Exu, Pernambuco, é uma pálida amostra do que foram os combates entre os latifundiários da Chapada Diamantina, na Bahia, dos Chapadões de Minas Gerais, da Serra Grande, no Ceará, e assim por diante.

Essas mesmas famílias inimigas juntavam-se em uniões sagradas, contra índios, escravos e camponeses pobres rebelados, como fizeram os Mellos e Mourões contra os *balaios*, em 1840, no Ceará e no Piauí. Dessa forma, apesar das chacinas que desencadeavam uns contra os outros, os latifundiários foram forjando interesses comuns nos enfrentamentos contra os índios, escravos e lavradores pobres. E foram, também, descobrindo que tais interesses se diferenciavam das ambições e expectativas das classes da metrópole, de onde descendiam. Foi nas *Câmaras Municipais*, que esses interesses próprios da classe latifundiária em formação se expressaram primeiramente, no terreno da política.

As Câmaras Municipais foram criadas pela Coroa para executarem as *ordens reais*. Uma Câmara era criada quando uma povoação atingia um certo número de *fogos,* ou casas, e ganhava a categoria de vila. Nessa ocasião, além de receber a doação, da Coroa, de uma certa área como patrimônio, essa população passava a ter sua vida regulamentada por regimentos específicos. Constituía-se um poder municipal - a Câmara - que retirava do aforamento das terras do patrimônio as finanças necessárias a seu funcionamento, e que possuía poder para *estipular preços*, *fixar o valor das moedas*, *recusar tributos reais*, *organizar expedições punitivas* e *baixar normas* de comércio e administração. Da Câmara só podiam participar os *homes bons*, os latifundiários.

O poder da Câmara limitava-se, porém, à vila. Tudo o mais era subordinado à monarquia absolutista, que reforçou constantemente seu poder centralizador, após dar fim ao sistema de doação de capitanias. Em 1750, todas as capitanias já haviam sido incorporadas como *reais*, e a monarquia portuguesa instituíra um *vice-reinado* no Brasil. As próprias Câmaras, aparentemente com poder absoluto sobre as vilas, sofriam um rígido controle. Ao vice-rei fora outorgado o poder de nomear os principais membros das Câmaras, o que tornou inevitável que a contradição da classe latifundiária, em formação, com o poder português, se manifestasse, em grande medida, por meio de atritos diversos das Câmaras com o vice-reinado.

Enquanto as Câmaras procuravam consolidar sua autonomia, o vice-reinado se empenhava em executar as crescentes medidas de monopólio comercial e de cobrança dos tributos impostos pela Coroa metropolitana.

Tais atritos, porém, eram dispersos e nunca chegaram a colocar em risco o poder monárquico absolutista, apesar da pomposidade com que certos historiadores adornam alguns acontecimentos tidos como *guerras*, a exemplo dos Mascates e Emboabas.

De qualquer modo, no final do século 18, os senhores rurais aspiravam comerciar livremente e já não conseguiam manter-se conformados com a camisa de força do monopólio comercial. Assim, ao chegar ao Brasil, em 1808, a Coroa contentou os latifundiários brasileiros com algo que teria que realizar de qualquer modo, em função do próprio interesse de manter seu comércio externo: a *abertura dos portos.*

O poder imperial latifundiário-escravista

Por outro lado, a monarquia fugitiva instalou no Brasil uma aparato burocrático hipertrofiado, composto de nobres sem-terras e familiares de latifundiários e traficantes de escravos, que ganharam títulos de nobreza. Esta nobreza, que vivia à sombra e às custas do Estado monárquico, já começara a parecer uma excrescência mesmo em Portugal, onde possuía fontes de riqueza. No Brasil, longe daquelas fontes, ela transformou o Estado absolutista em balcão de negócios, a fim de assegurar os meios de sustento de sua vida cortesã. Impôs tributos crescentes à população, incluindo os próprios latifundiários, muitos dos quais eram alijados da Corte e dos cargos públicos.

A ação da nobreza burocrática colocou contra si alas inteiras da classe latifundiária. Estas passaram a ver com maus olhos as constantes medidas para arrancar

tributos dos proprietários e comerciantes brasileiros, e para manter o monopólio exclusivo que aquela nobreza exercia sobre o poder político. A insurreição pernambucana de 1817 exprime esse descontentamento, ao mesmo tempo em que indica a existência de uma ala radical republicana entre os latifundiários.

Essa radicalidade, porém, não ultrapassou os limites do interesse de vender livremente seus produtos, explorar livremente seus escravos, e conseguir a parte do leão nas rendas obtidas com as exportações. Suas proclamações de *liberdade* encerram-se nesses interesses exclusivistas, mesmo aparecendo, várias vezes, aliadas a manifestações de outra natureza, trazidas à luz pelas classes subalternas.

Com interesses de classe próprios e melhor articulados, em virtude das facilidades que a monarquia portuguesa se viu obrigada a conceder após sua instalação no Rio, os latifundiários pressionaram para que lhes fosse concedida a participação no poder central. Os representantes do *partido brasileiro*, apontados para a Assembléia Constituinte portuguesa, em 1820, defenderam posições e interesses bem distintos da burguesia, da nobreza, e da monarquia lusas. Ameaçados pela retomada do monopólio comercial, dirigiram a luta pela Independência e conquistaram importante parcela do poder político da antiga colônia.

No entanto, seu espírito conciliador e seus laços com a antiga metrópole os levaram a um acordo em que a maior parcela do poder político no Brasil ainda permaneceu em mãos da nobreza burocrática e dos comerciantes portugueses aqui instalados. Os episódios que se sucederam, entre 1821 e 1831, foram a manifestação da

luta, ora surda, ora declarada, entre as frações lusa e brasileira pelo domínio do novo Estado nacional brasileiro. Só com a abdicação de Pedro I, e o início da regência, os latifundiários passaram a constituir-se, verdadeiramente, em classe dominante, tanto econômica e social, quanto política, embora tendo que atravessar um duro e conturbado período de distúrbios e conflitos.

As lutas internas, primeiro contra a fração portuguesa, depois entre as diversas frações regionais, abriram uma brecha, pela primeira vez na história brasileira, para a irrupção de levantes e revoltas de vulto, verdadeiramente populares. Em Alagoas, em 1831, irrompeu a *Cabanada*, um movimento que teve início com a proposta de restauração de Pedro I, mas terminou como movimento de lavradores pobres (*cabanos*) e escravos pela *liberdade* humana e de acesso à terra. No Pará, em 1836, levantaram-se outros *cabanos*, naquela que foi a maior insurreição do período regencial. Os insurretos tomaram Belém por duas vezes e, numa população de 120 mil habitantes, pelo menos 40 mil morreram em virtude dos combates. Em 1838, no Maranhão, estendendo-se pelo Piauí e divisas do Ceará, explodiu a Balaiada, congregando escravos e lavradores pobres.

Em todos esses conflitos, é possível encontrar alas de comerciantes e de latifundiários em aliança com lavradores pobres e escravos. Mas a maioria dos senhores de terras unificou-se sob o poder regencial para enfrentar os insurretos, reforçando tanto os antigos instrumentos de poder, como as Câmaras Municipais, quanto os novos, como a Guarda Nacional. Esta se estendeu a todo o território, como a força armada de coesão e coerção nacional.

Criada para fazer frente aos distúrbios ocorridos na capital do império, durante os acontecimentos que levaram à saída de Pedro I, em 1831, a Guarda Nacional transformou os latifundiários em *capitães, majores, coronéis,* e até mesmo em *generais*, firmando seu *status* de classe social politicamente reconhecida. Os latifundiários continuaram dividindo o poder imperial com os mercadores de escravos, mas ganharam o direito de possuir força militar própria. Os seus *generais* ocuparam posição no centro do poder, mas foram os *coronéis* que receberam o reconhecimento de *oligarcas* nas províncias, distritos e vilas.

Na prática, os antigos exércitos particulares dos senhores de terras conquistaram o *status* de força armada nacional, mesmo dispersa, para defender o império e manter o domínio do latifúndio. A repressão àqueles movimentos, paralelamente à expansão do café, permitiu não só a entrada num período de desenvolvimento relativamente pacífico após 1848, quando foi derrotada a Insurreição Praieira, como também a consolidação dos mecanismos de poder latifundiário. Sob a tutela do *poder moderador* do imperador, suas principais frações, cuja expressão eram os partidos Conservador e Liberal, revezaram-se na direção do país.

Apesar disso, o império estava com seus dias contados. Sua indissolúvel ligação com o escravismo, seja com os traficantes de escravos, seja com os latifundiários escravocratas, e sua dependência da Inglaterra, de onde vinham os financiamentos e empréstimos que mantinham em funcionamento as máquinas produtiva e política do país, eram sua força e sua fraqueza. O escravismo agonizava, pressionado pelos próprios ingleses, em seu afã

de manter a hegemonia e a influência sobre a América do Sul, e transformar o Brasil também em mercado para seus produtos. Isso se agrava com a guerra contra o Paraguai, em 1878.

O Exército, força armada praticamente inexistente até então, sai dessa liça como força militar organizada e consciente, em boa medida, do anacronismo do regime escravo de trabalho. Influenciada pelas idéias positivistas, uma parte de sua oficialidade passa a desempenhar papel ativo nos problemas políticos e sociais. E, da mesma forma que a Guarda Nacional fora o principal instrumento para assegurar o império e o poder latifundiário escravista, o Exército torna-se o principal instrumento de garantia da derrubada dos escravistas e do predomínio dos novos latifundiários pré-capitalistas e capitalistas.

A república latifundiário-burguesa

A República, como nova forma de domínio da antiga e aparentemente eterna classe latifundiária, atravessou momentos de indecisão, quando a burguesia e a pequena-burguesia, através de Floriano Peixoto, tentaram galvanizar o poder. Porém, com Campos Sales, a oligarquia rural, representada principalmente pelos latifundiários de São Paulo e Minas, voltou a ter completo controle do poder. Instalou a política dos governadores, na qual o poder estadual era entregue às oligarquias locais, em troca do apoio ao domínio do poder central da União pela oligarquia do "café com leite", em revezamento. O Exército e a Armada, ao lado da burocracia civil herdada do império, foram os instrumentos de que se valeram os

latifundiários para sustentar o que Rui Barbosa chamou de "sindicato dos governadores, presidido pelo chefe do poder Executivo".

Embora movimentos estritamente camponeses tenham sido raros, durante o Império, alguns deles irromperam com força, no período da república, testando a força dos instrumentos de poder latifundiário. O primeiro foi o de Canudos, na virada do século 19 para o século 20, que reuniu, na região de Uauá, na Bahia, milhares de agregados nordestinos, seguindo a pregação do beato Antonio Conselheiro. O segundo foi o do Contestado, na divisa entre o Paraná e Santa Catarina, entre 1914 e 1916, que congregou posseiros e outros tipos de lavradores, despejados pelas concessões territoriais ao Sindicato Farquhar, uma associação capitalista inglesa, para a construção de uma ferrovia.

Os dois tiveram, em comum, a característica de realizarem a produção agrícola e pecuária através do trabalho comunitário, e proporcionarem a partilha da safra de forma relativamente igualitária, no molde das missões religiosas dos séculos 17 e 18. Ambos possuíam um forte componente religioso, como ideologia unificadora. E foram destruídos por tropas do exército nacional brasileiro.

Esses movimentos camponeses não conseguiram aplicar qualquer golpe rude na política dos governadores, embora Canudos tenha semeado certo pânico. Aquela política só soçobrou quando, na crise de 1929, as oligarquias de São Paulo e Minas tentaram lançar novamente, como em 1906, seus prejuízos sobre as outras camadas da população, e também sobre os ombros das demais oligarquias estaduais. Isto, numa época em que

o mundo ainda não se recompusera da Primeira Guerra Mundial, nem da revolução operária e camponesa russa.

Em contraposição, formou-se uma aliança liberal, que unificou, sob o comando dos setores latifundiários descontentes, as classes médias urbanas, representadas principalmente pelo *tenentismo*, e a burguesia, todos também temerosos de que o Brasil assistisse a uma revolução comunista. O Estado resultante da Revolução Liberal de 1930 não liquidou o sistema oligárquico, nem o latifúndio, como esperavam alguns setores médios. Ele substitui as antigas oligarquias por novas, em processos de expropriação de uns latifundiários por outros, com o auxílio do aparato de Estado, e abriu espaço para a burguesia comercial e industrial participar do poder e assumir, paulatinamente, papel predominante.

Estado de transição para o domínio burguês

O período que vai de 1930 a 1984 é de transição do domínio latifundiário para o domínio burguês. O poder político reflete tanto a disputa e a conciliação entre os latifundiários e a burguesia, quanto a luta dessas classes dominantes contra as classes e camadas populares, estas, em grande medida, sob a hegemonia da pequena-burguesia urbana. Por isso, esse período assiste tanto momentos em que o poder político latifundiário-burguês funciona como um tacão de ferro, quanto momentos em que se vê obrigado a fazer concessões democráticas.

Entre 1930 e 1934, tende para a ditadura pessoal de Vargas. Em 1932, este vê-se obrigado a enfrentar a chamada "revolução constitucionalista", dirigida pelos latifundiários do café, com o apoio da burguesia indus-

trial e da pequena burguesia urbana paulistas. Apesar de derrotá-los, Vargas vê-se compelido a recuar e, em 1934, convoca a Constituinte. Em 1935, aproveitando-se da insurreição da Aliança Nacional Libertadora, unifica os latifundiários e a burguesia para esmagá-la e trucidar os comunistas. Em 1937, realiza o golpe de Estado, de caráter fascista, e implanta a ditadura. Em 1938, destrói a experiência de trabalho comunitário do Caldeirão, na Chapada do Araripe, em terras doadas ao Padre Cícero.

Esse Estado, com Vargas à frente, também induziu a industrialização, procurando modernizar o latifúndio e a própria burguesia brasileira, e adequá-los a um mundo já desenvolvido muitos anos à frente. Ao transformar a questão operária em questão social, seu autoritarismo demonstrou ser, ao mesmo tempo, conciliação e oposição ao reacionarismo das classes latifundiária e burguesa, que custavam a se livrar dos fantasmas do seu passado escravista, e eram incapazes de levar em conta a presença, cada dia mais acentuada, do proletariado e de outras camadas populares.

Entre 1943 e 1945, a irrupção e a expansão do movimento antifascista, assim como da luta pela democratização do país, levam o Estado a assumir a direção do processo eleitoral, de anistia política e de convocação da Assembléia Constituinte. Mas, entre 1947 e 1955, já sob a pressão da Guerra Fria, o Estado latifundiário-burguês endurece novamente sua posição contra os sindicatos e os comunistas, embora mantendo as eleições e o parlamento como fachada democrática. Mas esse é também um período em que há um forte aumento da efervescência social, e crescente divisão e disputa entre os latifundiários e a burguesia pelo domínio do Estado.

A conquista do monopólio estatal do petróleo, o golpe militar de 1954, e a tentativa de novo golpe militar em 1956, refletem essa situação.

Entre 1956 e 1964, já sob maior influência da burguesia, e em decorrência das mudanças no processo de expansão do capital dos países centrais, o Estado se lança na implantação do plano de desenvolvimento do governo Kuibitchek, realiza uma forte abertura política, com a liberdade de atuação dos sindicatos e dos comunistas, e assiste, nem sempre impassível, a crescentes mobilizações pela terra. No início dos anos 1960, proliferam as Ligas

Camponesas e outras organizações agrárias e sindicais, sob orientação ideológica dos comunistas e da doutrina social da Igreja Católica, explicitando conflitos pela posse da terra, em diversas regiões, com especial acento no Nordeste.

Em 1964, o Brasil assiste à implantação de um novo Estado, fruto de uma ampla aliança da classe dos latifundiários com as burguesias brasileira e estrangeira, aliança que ganhou ou neutralizou setores importantes da pequena burguesia urbana. Os contornos nítidos desse

Estado só ficaram completamente delineados em 1968, quando o capital monopolista, representado por sua fração financeira, assumiu seu domínio, e passou a determinar o rumo do desenvolvimento capitalista no Brasil.

O Estado ditatorial militar promoveu o esmagamento das Ligas Camponesas, perseguiu, prendeu e assassinou lideranças camponesas e sindicais, embora não tenha conseguido impedir a expansão do sindicalismo rural. Por outro lado, o regime militar decidiu resolver a questão agrária, impondo ao Congresso Nacional, ain-

da em 1964, a aprovação do Estatuto da Terra, e criando programas governamentais para incentivar e financiar a modernização dos latifúndios, de modo a liberar a força de trabalho, estocada nas zonas rurais, para o desenvolvimento industrial.

Com a aprovação do Estatuto da Terra, e outras medidas de liberação dos agregados, os latifundiários sentiram-se traídos pelo novo Estado que haviam ajudado a implantar. Embora tenham sido beneficiados pelos programas de modernização agropecuária, foram sendo afastados do domínio do Estado. Representados pelo *agronegócio*, a partir de então, os latifundiários passaram a participar do Estado apenas como um entre os diversos setores da burguesia. Foram basicamente esses novos elementos da classe dominante agrária que ocuparam 42% do parlamento eleito em novembro de 1982.

O final da ditadura militar e a conquista de um Estado mais aberto aos direitos democráticos, a partir de 1984, não mudou esse novo quadro de participação dos latifundiários no Estado. Só participam do poder enquanto latifundiários capitalistas, enquanto burgueses latifundiários, plenamente capazes como empresários ou tecnocratas.

Quanto aos remanescentes do velho latifúndio, ainda possuem alguma voz e vez, mas sua influência sobre os rumos do país reduziu-se consideravelmente.

Eles ainda têm participação nas representações institucionais, em especial na Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a entidade sindical do setor, e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Mas estas estão cada vez mais voltadas para o *agronegócio*, principalmente por serem responsáveis diretas pela

destinação dos recursos do chamado Sistema “S” para o meio rural, ou seja, do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP).

A Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) e a União Democrática Ruralista (UDR) são, atualmente, as entidades que expressam os interesses do sub-sistema latifundiário improdutivo, refratário a qualquer processo de democratização da estrutura da propriedade da terra no Brasil. É em conciliação e em disputa com elas que o *agronegócio* tentará se apossar dos 120 milhões de hectares, ainda sob propriedade dos latifundiários improdutivos.

É contra elas, principalmente, que o movimento pela reforma agrária tentará realizar a divisão democrática daquelas terras entre os 3 a 4 milhões de lavradores sem-terra. Com a vantagem de que, desta vez, parte do Estado pode desempenhar um papel importante na decisão do embate.

Atualidade da reforma agrária

A transformação de parte considerável do latifúndio brasileiro em latifúndio capitalista, associada ao desenvolvimento do *agronegócio,* ambos patrocinados em grande parte pelo Estado militar e pelos governos que adotaram a cartilha do Consenso de Washington, levou parte considerável dos estudiosos da situação agrária do Brasil a suporem que a reforma agrária era um assunto encerrado. Ou, na melhor das hipóteses, uma questão de assistência social.

Paradoxalmente, em tempos mais recentes, várias correntes sociais, cujo objetivo principal era a conquista daquela reforma, fizeram uma inflexão importante em seus objetivos, ao tomar o *agronegócio* como seu inimigo principal. Na prática, mudaram seu objetivo e aderiram à suposição de que a reforma agrária já é um tema fora de lugar.

Apesar disso, há pelo menos três razões para considerar a atualidade da reforma agrária no Brasil. A primeira é a estrutura agrária brasileira, onde ainda convivem, de forma desequilibrada, latifúndios improdutivos, lati-

fúndios e outros tipos de propriedades agrícolas capitalistas, englobadas como *agronegócio*, e as micros e pequenas unidades agrícolas familiares. A segunda é a emergência de uma crise internacional de alimentos, embolada com a crise ambiental e o encarecimento dos combustíveis fósseis. E a terceira é a presença do governo Lula.

Estrutura agrária

A estrutura agrária brasileira tem por base terras públicas, de propriedade da União, Estados e Municípios, e terras privadas, de propriedade de indivíduos e empresas. Segundo o Incra, a área total cadastrada do país é de 436 milhões de hectares. Deste total, 128 milhões de hectares são áreas indígenas, 102 milhões de hectares são áreas de conservação, e 206 milhões são áreas ocupadas com lavouras e pastos.

Do total ocupado, 40 a 50 milhões de hectares seriam usados por cultivos agrícolas, 50 a 60 milhões por pastagens plantadas, e 100 a 120 milhões por pastagens naturais. E, se tomarmos como base os indicadores do Incra, de 2003, teremos 4,2 milhões de propriedades ou imóveis rurais ocupando aqueles 206 milhões de hectares.

Em 1940, o Brasil possuía mais de 3 milhões de propriedades rurais. Isso indica que, entre 1940 e 2003, embora sua população tenha quadruplicado, o número de propriedades rurais cresceu apenas em um terço, ou pouco mais. Isso aponta, no período, para um forte êxodo das áreas rurais. A partir desses dados, alguns analistas se apressaram em concluir que o Brasil está seguindo o processo dos países desenvolvidos, onde um número

pequeno de pessoas empregadas na agricultura é capaz de suprir as necessidades da produção. A situação real, porém, é um pouco mais complexa.

Em 2003, as propriedades com áreas até 25 hectares, somavam 2,4 milhão de imóveis, ou 57% do total. As propriedades médias, com áreas entre 26 e 500 hectares, contavam com cerca de 1,7 milhão de imóveis, ou 39% do total. Enquanto isso, as propriedades com áreas entre 501 e 2000 hectares totalizavam 112 mil imóveis, ou 2,7% do total. Os imóveis com áreas superiores a 2 mil hectares somavam pouco mais de 32 mil, ou 0,8% de todas as propriedades existentes no Brasil. O que nos dá a falsa impressão de que o Brasil rural era dominado pelas pequenas e médias propriedades, já que 96% dos imóveis possuíam menos de 500 hectares.

Acontece que as propriedades com áreas até 25 hectares ocupavam 26,3 milhões de hectares, ou 12,8% da área ocupada total. Em outras palavras, 57% do total das propriedades detinham menos que 13% da área total ocupada. As propriedades com áreas entre 26 e 500 hectares, representando 39% de todas as propriedades, ocupavam, por sua vez, 58,7 milhões de hectares, ou 28,5% da área total. Em outras palavras, somando os imóveis com áreas inferiores a 500 hectares, eles ocupavam 41,3% da superfície total ocupada, embora representando 96% das propriedades.

Já as grandes propriedades, com áreas entre 501 e 2000 hectares, ou 2,7% do total das propriedades, ocupavam 49,4 milhões de hectares, ou 24% da área total. Finalmente, os 32 mil proprietários, ou 0,8% do total, cujos imóveis tinham mais de 2 mil hectares, ocupavam 63,8 milhões de hectares, ou 31% da área total. Segundo

dados atuais do IBGE e do Incra, 90% desses proprietários não moram na fazenda. A grande maioria mora nas capitais, muitos deles vivendo quase exclusivamente do arrendamento de suas terras.

Embora as estatísticas possam ser alvo de críticas, e mesmo indicar números diferentes, elas não mudam substancialmente o fato de que as propriedades grandes e muito grandes, com pouco mais de 144 mil estabelecimentos rurais, ou 3,5% do total, possuíam cerca de 114 milhões de hectares, ou 55% de todas as terras ocupadas.

Há, portanto, uma brutal disparidade. Numa ponta da estrutura, 2,4 milhões de imóveis, com áreas inferiores a 25 hectares. Na outra, 144 mil imóveis, com áreas superiores a 501 hectares, pelo menos vinte vezes maiores. Na primeira ponta, 26 milhões de hectares. Na segunda ponta, 116 milhões de hectares, ou 4 vezes mais. Pelo Índice de Gini, um grau de concentração de 0,8, quase absoluto.

Não há indicações de que essa situação tenha mudado para melhor, nos últimos cinco anos.

Ao contrário, ela se agravou, se considerarmos que a população rural ativa gira hoje, 2008, em torno de 23 milhões de pessoas. Excluindo desse número cerca de 4,2 milhões de proprietários, 12 milhões de trabalhadores familiares das pequenas e médias propriedades, e 2,5 milhões de assalariados permanentes nas empresas agrícolas capitalistas, temos ainda cerca de 3 a 4 milhões de lavradores sem-terra, dos quais um milhão estão cadastrados no programa de acesso à terra do Incra.

Se considerarmos que existem 400 mil empresas do *agronegócio* capitalista, ocupando cerca 65 milhões de

hectares de lavouras e pastos, é certo que há um número considerável de imóveis improdutivos, abrangendo justamente os 100 a 120 milhões de hectares, que correspondem à área da pecuária extensiva, de pastos nativos. São latifúndios que ainda não se transformaram em capitalistas, e utilizam a terra fundamentalmente como reserva de valor.

Além disso, continua ocorrendo um constante e perverso processo de expropriação dos lavradores proprietários. Eles vêm perdendo seus imóveis, em virtude de dívidas bancárias e outros motivos, numa média de 100 mil a cada ano. Se aceitarmos que o governo assentou, entre 2002 e 2007, cerca de 350 mil sem-terra em novas propriedades, isso significa que, ao invés de diminuir, o número de sem-terra aumentou, nesse mesmo período, em cerca de 150 mil. Essa situação tende a enfraquecer a possibilidade de um abastecimento seguro de alimentos para o mercado interno brasileiro.

A crise de alimentos

O planeta está vivendo uma situação muito diferente daquela dos anos 1970 a 1990, em que os países centrais possuíam montanhas de alimentos estocados, os países em desenvolvimento tinham safras medíocres, ou relativamente medíocres e, pior ainda, seus pobres não tinham poder de compra para garantir, pelo menos, uma refeição por dia. Hoje, os países centrais queimaram seus estoques de alimentos, principalmente de milho, na busca de novas fontes de energia renovável, enquanto uma parcela considerável dos países em desenvolvimento aumentou suas safras.

O Brasil, por exemplo, praticamente dobrou sua produção agrícola, nos recentes cinco anos. Apesar desse aumento geral da produção, o problema consiste em que os países que não seguiram a receita neoliberal no processo de globalização elevaram, ainda mais rapidamente, o poder aquisitivo de sua população. Cerca de um bilhão de pessoas foram incorporadas, nos anos recentes, ao mercado de consumo, aumentando em muito a demanda por alimentos. Mesmo o Brasil, que entrou atrasado nesse caminho, viu crescer o poder de compra das camadas mais baixas da população.

Isto tudo ocorreu no momento em que a demanda por energia limpa e renovável assumiu papel primordial nas políticas energéticas, de proteção ambiental, de enfrentamento das mudanças climáticas, e de busca de opções à elevação do preço do petróleo. Nessas condições, era inevitável que ocorresse um fogo cruzado entre os países centrais, que procuram manter o monopólio da produção de combustíveis fósseis e de biocombustíveis, e os países em desenvolvimento, que têm condições de ampliar tanto a produção de energias da biomassa, quanto a produção de alimentos.

Por outro lado, embora a produção agrícola familiar seja incluída muitas vezes, pelas estatísticas nacionais e internacionais, no computo do *agronegócio*, para inchar seu sucesso, todos sabem que deve-se à agricultura familiar o abastecimento doméstico. Portanto, é a economia agrícola familiar que mantém o custo de reprodução da força de trabalho num patamar relativamente baixo. Se essas economias camponesas forem estranguladas e os preços dos alimentos aumentarem consideravelmente, tanto nos países centrais quanto nos periféricos, isso

poderá representar um golpe nas grandes corporações internacionais.

Estas vêm segmentando, por todo o planeta, seu processo produtivo, na tentativa desesperada de elevar sua taxa média de lucro, através do uso intensivo do trabalho de baixos salários. Portanto, não é por acaso que, de um momento para outro, as potências capitalistas passaram a alardear a necessidade de combater a expansão da fome no mundo. E que instituições, como o Banco Mundial, propõem apoio à agricultura familiar e às estruturas sociais de sobrevivência rural. Voltam atrás em sua antiga política de absolutização do *agronegócio,* e passam a dar à agricultura familiar um papel antes obscurecido pelo sucesso dos poucos produtos que o *agronegócio* colocava no mercado internacional.

Nesse quadro da atualidade nacional e mundial, o desenvolvimento das economias familiares rurais, para a produção de alimentos e de biocombustíveis, deixou de ter um cunho apenas social, para tornar-se uma medida de grande relevância econômica, mesmo sendo acompanhada de estímulos e subsídios agrícolas. E a agricultura, como um todo, passou a ser vista novamente como estratégica para a segurança alimentar de cada país e da humanidade.

Como principal fonte de alimentos, a agricultura não poderá ser substituída pela indústria, ou por qualquer outro processo produtivo, durante um longo período difícil de imaginar. Assim, embora o valor de sua produção, em relação ao valor da produção industrial, tenda a ser cada vez menor, a ela não pode ser aplicada a lógica pura do capital, conforme empregada plenamente na indústria e nos serviços. Isto a colocaria em risco de desaparecimento.

Então, não é por acaso que os países capitalistas desenvolvidos subsidiam fortemente suas agriculturas, e resistem de todas as formas à abertura de seus mercados agrícolas. Diante das *commodities* agrícolas competitivas de outros países, abandonam seu discurso de livre comércio. E, para a abertura de seus mercados agrícolas, exigem compensações de vulto, no fundo para não serem aceitas. Sabem que a abertura dessa área será como abrir uma chaga no coração de um dos fundamentos da nação. Em outras palavras, os países capitalistas sabem que a agricultura, em especial a agricultura de alimentos, não é capaz de suportar os embates do livre mercado.

Assim, também não é por acaso que a atual lógica latifundiário-capitalista do *agronegócio* brasileiro só tenha em seu horizonte algumas poucas culturas, como soja, cana, café, eucalipto, gado de corte e milho, que apresentam competitividade no mercado internacional. O que não tem condições de competir na Bolsa de Chicago, como arroz, feijão e mandioca, é deixado para a agricultura familiar.

De qualquer modo, esses motivos contraditórios recolocaram na ordem do dia a necessidade de encarar de modo diferente a economia familiar rural. Marcha-se para uma certa aliança, entre correntes contraditórias, de que é necessário incorporar à produção agrícola todas as forças possíveis, na perspectiva de aumentar substancialmente a produção de alimentos e de biocombustíveis. Isto introduz nas questões agrícola e agrária brasileiras elementos novos, criando uma situação que justifica o assentamento rápido dos 3 a 4 milhões de trabalhadores sem-terra.

Se eles forem assentados em propriedades médias de 25 hectares, bastarão 75 a 100 milhões de hectares para atender a todos. Isto atingiria tão somente os latifúndios improdutivos, dando um certo equilíbrio à estrutura agrária brasileira, elevando a produção, e permitindo paralisar o atual processo de expropriação dos pequenos lavradores proprietários.

No entanto, essa suposição não é consensual. A maior parte do *agronegócio* só tem em mira a perspectiva de atender à demanda mundial de soja, açúcar, carne, álcool, papel e celulose, e procura se apropriar não só dos 120 milhões de hectares de pastos degradados, mas também das áreas ocupadas pelos pequenos e médios lavradores.

A maioria da burguesia agrária procura aproveitar o atual momento para completar sua reforma capitalista monopolista, liquidando tanto o restante dos latifúndios improdutivos, quanto o restante das propriedades camponesas. Não pretende dar qualquer chance a uma reforma agrária capitalista democrática. Se esse projeto se concretizar, e ocorrer a destruição do segmento familiar da agricultura, isto colocará em sério risco a segurança alimentar do conjunto da população brasileira. Quem pensa que isto é apenas uma tragédia africana, pode ter uma péssima surpresa se aquela parte do *agronegócio* efetivar seus planos.

Por outro lado, no caso da burguesia completar sua reforma agrária latifundiária, e se o conjunto da população não morrer de fome, a primeira conclusão a que se pode chegar é que a reforma agrária capitalista democrática, ou democrático-burguesa, não terá mais razão de ser. Em seu lugar, estará posta a necessidade da

transformação da propriedade privada capitalista agrária em propriedade social. Não haverá razão, pelo menos em termos gerais, para dividir, em pequenas ou médias unidades produtivas, as terras das lavouras e criações comerciais, com instalações, maquinaria e técnicas modernas, com uma organização empresarial moderna.

Esse tipo de organização empresarial deve permanecer, na hipótese de uma transformação socialista. Mudam basicamente os sistemas de zoneamento agrícola, com a produção de alimentos voltando a ter papel primordial. Mudam também os sistemas de gestão e de apropriação dos rendimentos, que passam de privados a coletivos, abrangendo a gerencia colegiada e o direcionamento dos lucros. Estes deixam de servir ao enriquecimento privado, mas continuam sendo utilizados para a reprodução ampliada, para a melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, para a recuperação e proteção ambiental, e para a conservação da energia.

Atualidade da reforma agrária

O problema prático consiste em que essa situação de capitalização completa do latifúndio ainda não se materializou. A estrutura agrária latifundiária brasileira ainda comporta, digamos assim, um sub-sistema moderno, capitalista-monopolista, ao lado de um sub-sistema atrasado, quase totalmente improdutivo. Este sub-sistema, como vimos, tanto pode ser incorporado àquele sub-sistema capitalista, quanto pode servir para a realização de uma reforma agrária democrática, ou democrático-capitalista, ou democrático-burguesa. Tudo vai depender do resultado do embate que se travar a respeito.

Em outras palavras, a reforma agrária no Brasil de 2008, está vinculada à partilha daqueles 120 milhões de hectares de terras ainda não produtivas. Isso não é pouco, se considerarmos que a reforma agrária chinesa, entre 1947 e 1953, distribuiu menos de 100 milhões de hectares, entre mais de 150 milhões de camponeses. Em comparação, podemos visualizar as condições favoráveis, de extensão do solo agrícola, que existem no Brasil. Além disso, as mudanças do panorama internacional, ocorridas nos recentes 10 a 20 anos de globalização, introduziram fatores também favoráveis para uma aliança de forças em torno dessa reforma democrática.

Nesse aspecto, o Brasil provavelmente é o país em desenvolvimento que melhores condições reúne para realizar, de forma conjugada, o duplo movimento de produção, seja de alimentos, seja de biocombustíveis. O que vai depender de como será resolvida a questão agrária hoje existente no país.

Se aqueles 120 milhões de hectares improdutivos forem apropriados pelo *agronegócio,* é quase certo que a produção de alimentos não será aumentada na medida necessária. Por outro lado, se aqueles 120 milhões de hectares forem apropriados por pequenos e médios produtores rurais, e estes obtiverem um forte apoio estatal para desenvolver os cultivos alimentares, haverá um certo equilíbrio entre a produção de alimentos e biocombustíveis, tanto por eles, quanto por parte do *agronegócio.*

Portanto, embora o *agronegócio* seja um inimigo a considerar, além de um concorrente feroz, ele não é o alvo principal da luta atual. Tudo o que for possível fazer para isolá-lo, ou deixá-lo dividido e neutro, será pouco. Apesar de não se deixar de denunciar o perigo que re-

presenta o *agronegócio* para a produção de alimentos no mercado doméstico, tomá-lo como inimigo principal, neste momento, pode prejudicar a aliança com as classes médias e trabalhadoras, assim como com os movimentos favoráveis que o governo pode realizar. Nesse sentido, é fundamental introduzir uma cunha entre os latifundiários improdutivos e o *agronegócio*, impedindo que aqueles tentem se passar por este, e que este queira falar por ambos.

O problema não consiste nem mesmo em discutir se haverá ou não uma divisão entre o *agronegócio* e a agricultura familiar no atendimento aos mercados doméstico e internacional. As grandes unidades agrícolas comerciais podem atender melhor às demandas do mercado internacional porque possuem escala e logística compatível. Mas os pequenos e médios produtores agrícolas também podem atuar nesse mercado, se construírem mecanismos consorciados de distribuição e comercialização de sua produção. Mas qualquer dos dois sistemas dependerá dos preços internacionais como parâmetro de competitividade de sua produção.

O problema consiste em que será necessário estabelecer um zoneamento agrícola que comporte tanto a policultura de alimentos e biocombustíveis, quanto a rotatividade de culturas que ocupam grandes extensões para a produção em escala, como cana, soja, café e milho. Portanto, a disputa em curso não engloba apenas a apropriação dos 120 milhões de hectares dos latifúndios improdutivos. Ela também diz respeito ao zoneamento agrícola, que garanta uma produção equilibrada, tendo em conta as demandas do mercado doméstico e as possibilidades do mercado internacional.

Essa disputa agrária dependerá da aliança de forças que o movimento por reforma agrária conseguir reunir. Ele não conseguirá ter o apoio do conjunto da burguesia brasileira, para quem a reforma agrária não é uma necessidade, ao contrário do que aconteceu com a burguesia industrial de outros países. Para essa classe dominante da sociedade brasileira, assim como para os remanescentes da classe dos latifundiários, reforma agrária é um palavrão ideológico sem sentido.

Diante disso, o movimento por reforma agrária precisará se aproveitar das condições internacionais e nacionais, que pressionam por um forte aumento da produção e barateamento dos alimentos, para conquistar o apoio das classes médias e dos trabalhadores, assim como do governo, de modo a assentar rapidamente, e dar condições de trabalho e produção, para os 3 a 4 milhões de lavradores sem-terra. O alvo atual desse movimento deve ser, clara e inequivocamente, o latifúndio improdutivo.

Portanto, no momento atual, a reforma agrária no Brasil pressupõe desconcentrar e democratizar a parte não capitalista da estrutura agrária, distribuindo entre os lavradores sem-terra ou com pouca terra os 120 milhões de hectares de terras improdutivas. Paralelamente, aproveitando o momento favorável de pressão pela produção e barateamento dos alimentos, a reforma agrária pode deverá introduzir na legislação critérios mais exigentes em relação ao zoneamento agrícola, proteção ambiental, e produção e conservação de energia.

Uma reforma agrária desse tipo não vai superar o *agronegócio* capitalista, e talvez não consiga, nem mesmo, debilitar fortemente a hegemonia da burguesia agrária. Mas, sem dúvida, poderá criar um contrapeso im-

portante a essa hegemonia, freando em certa medida o processo de expropriação dos pequenos proprietários e reforçando o poder de barganha dos assalariados rurais. Tudo isso dependerá, porém, das estratégias e táticas que o movimento pela reforma agrária for capaz de colocar em prática. E do papel que o poder político desempenhar no processo.

Papel do governo Lula

O governo Lula é um governo de coalizão. Dentro dele se encontram forças representativas das burguesias industrial, financeira e agrária, das pequenas burguesias urbana e rural, e também dos trabalhadores assalariados. Ou seja, olhando seu espectro político, podemos ver que o governo Lula comporta forças políticas da direita, do centro e da esquerda.

Pela primeira vez na história brasileira, no contexto das regras criadas pelas classes dominantes, um representante operário assumiu o governo da república, e carregou consigo, para esse segmento do Estado, um conjunto considerável de dirigentes e militantes da esquerda política. Isso não é pouco para um país em que, durante a maior parte de sua história, as classes dominantes não só proibiam a vida legal de partidos operários, socialistas e comunistas, como impediam, nos seus raros momentos de abertura política, que militantes desses partidos ocupassem cargos executivos, até mesmo no nível municipal.

Portanto, o governo Lula não é resultado de uma revolução social. Ele é conseqüência de conquistas políticas democráticas, numa situação particular em que segmen-

tos importantes das camadas pobres e trabalhadoras da população brasileira acreditam ser possível dar solução a seus problemas prementes por meio da participação em processos eleitorais. Nestas condições, exigir do governo Lula ações típicas de um governo conquistado pelos meios mais democraticamente radicais de uma revolução, é o mesmo que supor a existência de super-homens.

O governo Lula não tem como tarefa liquidar o capitalismo e erigir o socialismo. Nas condições em que foi eleito, suas principais tarefas domésticas consistem em utilizar as forças capitalistas predominantes no país para desenvolver a indústria, a agricultura e os serviços, reconstruir a infra-estrutura de energia, transportes e comunicações e a infra-estrutura urbana, estimular a criação de novos empregos, criar mecanismos de redistribuição de renda e de democratização da propriedade agrária, dar maior musculatura ao mercado interno brasileiro e ampliar os direitos democráticos.

Nesse sentido, o governo Lula deve apoiar a atração de capitais externos que adensem as cadeias produtivas do país, apoiar a implantação de novas indústrias capitalistas nacionais e apoiar o *agronegócio.* Não é tal apoio que pode revelar o entendimento do governo sobre a questão agrária. O que pode revelar tal entendimento é seu apoio concomitante à economia familiar rural e aos assentamentos rurais, demonstrando até que ponto as forças de esquerda que se encontram dentro do governo são capazes de implementar as políticas de assentamento e vencer as resistências em contrário.

Um dos problemas é que tais forças também parecem divididas quanto a qual inimigo combater. Dispersam seus esforços entre a verdadeira luta de reforma

agrária, cujo eixo principal são as desapropriações dos latifúndios improdutivos e os assentamentos das famílias sem-terra, e a luta contra o *agronegócio* e contra as pesquisas agronômicas, cuja meta se relaciona com a superação do capitalismo e a implantação do socialismo, pouco tendo a ver com reforma agrária.

Essa divisão, que reflete a divisão e as inflexões dos próprios movimentos sociais que dizem lutar pela reforma agrária, é um dos motivos que têm atrasado o cumprimento das metas de assentamento pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário. E os ataques, contra unidades produtivas do *agronegócio,* ao invés de ajudar, têm isolado os movimentos sociais camponeses de uma série considerável de aliados, sem os quais é quase impossível realizar qualquer tipo de reforma agrária no Brasil.

Por outro lado, os contornos de uma crise alimentar mundial abriram espaços para que o governo Lula possa adotar medidas rápidas de aumento do número de produtores agrícolas, conquistando apoios, até há pouco impensáveis, de setores burgueses nacionais e internacionais, e neutralizando as pretensões do *agronegócio* quanto à apropriação e ao uso dos 120 milhões de hectares de latifúndios improdutivos.

Em função do salto necessário na produção de alimentos, o governo poderá unificar as ações do Ministério de Desenvolvimento Agrário e do Incra para os processos de desapropriação e assentamento, e mobilizar os setores governamentais de financiamento, comercialização, pesquisa agronômica, assistência rural e proteção ambiental, para realizar um apoio efetivo às economias agrícolas familiares.

Medidas práticas, como unificar algumas ações fundamentais de incentivo à produção, como financiamentos do plantio, do cultivo e da colheita, compra e armazenagem da produção, e comercialização da safra, poderiam, por exemplo, ser realizadas pela Cobal, ou outro órgão governamental, instalado nas áreas de maior concentração de assentamentos e de unidades agrícolas familiares.

Se o governo Lula for capaz de realizar essas ações, de modo a responder à necessidade de aumento urgente na produção de alimentos e biocombustíveis, terá realizado uma reforma agrária na prática, mesmo que não a chame por esse nome. E, se envolver as propriedades familiares num processo produtivo que lhes permita ter acesso a tecnologias agronômicos, ao uso da biomassa para a geração de energia, à integração do uso do solo com a conservação ambiental, estará contribuindo decisivamente para que *o agronegócio* capitalista se veja confrontado com a necessidade de utilizar métodos de conservação da natureza e da biodiversidade, que colocarão à prova sua verdadeira competitividade.

Como diria alguém, mesmo sem ter em vista mudanças socialistas, o governo Lula teria tornado mais claras as relações de classe na agricultura, e ampliado o número de trabalhadores assalariados no campo e nas cidades. Um avanço nada desprezível.

Sobre o autor

Wladimir Pomar nasceu em Belém do Pará, a 14 de julho de 1936, filho de Pedro Pomar e Catarina Torres. Desde os cinco anos, conheceu a vida da clandestinidade, pela perseguição que a polícia do Estado Novo de Vargas movia às atividades do Partido Comunista do Brasil (PCB), do qual seu pai era membro.

Começou a trabalhar aos doze anos, como aprendiz de linotipista, ao mesmo tempo em que fazia o ginásio. Depois trabalhou como repórter e redator nos jornais *Tribuna Popular* e *Classe Operária*. Foi colaborador do jornal *Movimento*, diretor *do Correio Agropecuário*, além de repórter e diretor editorial de *Brasil Extra*.

Adquiriu formação técnica e trabalhou como técnico de planejamento e manutenção de máquinas pesadas da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda (RJ) e Conselheiro Lafaiete (MG). Foi engenheiro de serviços da General Eletric, no setor de locomotivas, tendo trabalhado junto às estradas de ferro Leopoldina (RJ) e Leste-Brasileira (BA). Também trabalhou como engenheiro de manutenção da Cerâmica do Cariri.

Militante político desde 1949, quando ingressou no PCB, Wladimir Pomar atuou inicialmente no movimento estudantil secundarista. Em 1951, estudou ajustagem mecânica no SENAI, trabalhou na Arno e participou no movimento sindical metalúrgico.

Em 1962, fez parte do movimento que deu origem ao PCdoB. Em 1964, foi preso na Bahia, por ação de resistência ao golpe militar. Solto no final deste ano, devido a *habeas corpus*, foi julgado e condenado à revelia.

Depois de 1964, colaborou com a imprensa partidária e desenvolveu suas atividades políticas principalmente no interior de Goiás e do Ceará, aqui entre os sindicatos de trabalhadores rurais.

Viveu na clandestinamente até 1976, quando foi preso novamente. Desta vez, durante uma ação militar que assassinou três dirigentes do PCdoB, no bairro da Lapa (SP), um dos quais seu pai.

Foi libertado pouco antes da Anistia, em 1979. Neste mesmo ano, desligou-se da direção do PCdoB e ingressou no Partido dos Trabalhadores.

Entre 1984 e 1990, integrou a executiva nacional do PT, onde foi responsável pela secretaria nacional de formação política, atividade que acumulou com a coordenação do Instituto Cajamar. Em 1986, participou da coordenação da campanha de Lula a deputado federal constituinte. Durante as eleições presidenciais de 1989, foi coordenador-geral da campanha Lula.

Wladimir Pomar é autor de diversos estudos e livros sobre a China, entre os quais *O enigma chinês: capitalismo ou socialismo* (Alfa-ômega); *China, o dragão do século XXI* (Ática); *A revolução chinesa* (Unesp) e *China: desfazendo mitos* (Página 13).

É autor, também, de uma trilogia sobre a teoria e a prática das tentativas de construção do socialismo, ao longo do século 20: *Rasgando a cortina* (Brasil Urgente), *Miragem do mercado* (Brasil urgente) e *A ilusão dos inocentes* (Scritta).

Outra vertente de suas obras aborda a história do Brasil e da esquerda brasileira. É o caso de *Araguaia, o partido e a guerrilha* (Brasil Debates) e de *Pedro Pomar: uma vida em vermelho* (Xamã); *Quase lá, Lula e o susto das elites* (Brasil urgente) e *Um mundo a ganhar* (Viramundo); *O Brasil em 1990* e *Era Vargas: a modernização conservadora* (Ática).

Nos últimos trinta anos, publicou e deu entrevistas para diversos jornais e revistas, colaborando regularmente com o *Correio da Cidadania* e com a revista *Teoria e Debate*.

Grande parte de seus textos ainda não foi organizado para consultas, nem publicado em formato de livro. É o caso do romance inédito *O nome da vida*. No prelo, uma coletânea de seus textos políticos. Nos planos de médio prazo, um estudo sobre o método da história e da dialética.

Casado com Rachel, é pai de três filhos, avô de 11 netos e 2 bisnetos.

LIVROS DE WLADIMIR POMAR

Araguaia, o partido e a guerrilha. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

O enigma chinês: capitalismo ou socialismo. São Paulo: Alfa-ômega, 1987.

Quase lá, Lula o susto das elites. São Paulo: Brasil Urgente, 1990.

Rasgando a cortina. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

A miragem do mercado. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

A ilusão dos inocentes. São Paulo: Scritta, 1994.

O Brasil em 1990. São Paulo: Editora Ática, 1996.

China, o dragão do século XXI. São Paulo: Editora Ática, 1996.

Um mundo a ganhar: revolução democrática e socialista. São Paulo: Viramundo, 2002.

Pedro Pomar: uma vida em vermelho. São Paulo: Xamã, 2003.

Era Vargas: a modernização conservadora. São Paulo: Editora Ática, 2004.

A revolução chinesa. São Paulo: Unesp, 2004.

Pedro Pomar: um comunista militante. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

China: desfazendo mitos. São Paulo: Editora Página 13, 2009.

Os latifundiários, descendentes diretos dos donatários e dos sesmeiros, se instalaram nas terras brasileiras desde a primeira metade do século 16 e contribuíram decisivamente para modelar a sociedade desigual que temos hoje. Neste livro, percorremos um pouco de sua história.

*

Wladimir Pomar é o autor de *Os latifundários*, primeiro título de uma coleção destinada a analisar a formação histórica e o comportamento atual das grandes classes e frações de classe existentes na sociedade brasileira.